

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

SAMIRA RODRIGUES

**ALÉM DA POLÊMICA: A ABORDAGEM DO PODCAST MAMILOS SOBRE SEXO E
SEXUALIDADE**

Porto Alegre
2020

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

SAMIRA RODRIGUES

**ALÉM DA POLÊMICA: A ABORDAGEM DO PODCAST MAMILOS SOBRE SEXO E
SEXUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau em Bacharel em
Jornalismo pela Escola de Comunicação,
Artes e Design – Famecos da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Me. Tércio Saccol.

Porto Alegre

2020

SAMIRA RODRIGUES

**ALÉM DA POLÊMICA: A ABORDAGEM DO PODCAST MAMILOS SOBRE SEXO E
SEXUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau em Bacharel em
Jornalismo pela Escola de Comunicação,
Artes e Design – Famecos da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Me. Tércio Saccol.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Porto Alegre

2020

RESUMO

O trabalho tem o objetivo de compreender como é a abordagem do *podcast* Mamilos sobre sexo e sexualidade, e quais decisões editoriais tomadas pelo veículo contribuem para a definição dessa abordagem. Além do Mamilos ser um dos *podcasts* jornalísticos de maior audiência no Brasil, esta pesquisa se faz relevante pela onipresença de questões de sexo e sexualidade na vida em sociedade. Dessa forma, foram consultados os autores Foucault (2014, 2000, 1988, 1984), Beauvoir (2001, 1970), Butler (2002, 1977, 1990) e Doe (2005) a fim de traçar uma revisão história dos conceitos-chave nos estudos de gênero e sexualidade na academia. As pesquisas de Anderson (2006), Fernandes (2017), Kuscinsky (2002) e Buitoni (1986) sustentam as reflexões acerca de Jornalismo especializado, Jornalismo de Saúde Científico e Jornalismo de Bem-Estar e Comportamento. Yin (2001) e Schramm (1971) embasaram a metodologia de pesquisa do estudo de caso, empreendida no quarto capítulo do trabalho. Por meio da análise das fontes, natureza das falas, pautas e subpautas, inferimos que os *podcast* Mamilos aborda os temas especificados por mediante de entrevistas, inserções de sonoras, análises, opiniões, informações e debates de pautas cotidianas e técnicas. O resultado aponta para uma abordagem humanizada e empática das questões de sexo e sexualidade.

Palavras-chave: Podcasts. Podcast Mamilos. Jornalismo de rádio.

ABSTRACT

The paper aims to understand how the podcast Mamilos approaches the subjects of sex and sexuality and which editorial decisions made by the vehicle contribute to the definition of this approach. In addition to Mamilos being one of the most popular journalistic podcasts in Brasil, this research is also relevant due to the ubiquity of issues of sex and sexuality in society. Thus, the authors Foucault (2014, 2000, 1988, 1984), Beauvoir (2001, 1970), Butler (2002, 1977, 1990) and Doe (2005) were consulted in order to outline a historical review of the key concepts in studies of gender and sexuality in the academy. Researches by Anderson (2006), Fernandes (2017), Kuscinsky (2002) and Buitoni (1986) support reflections on specialized Journalism, Scientific Health Journalism and Well-being and Behavior Journalism. While Yin (2001) and Schramm (1971) supported the research methodology of case study, undertaken in the fourth chapter of the paper. Through the analysis of the sources, nature of the speeches, guidelines and sub-guidelines, we infer that podcast Mamilos addresses the specified topics through interviews, statements, analyzes, opinions, information and debates on daily and technical guidelines. The result points to a humanized and empathic approach to issues of sex and sexuality.

Keywords: Podcasts. Mamilos Podcast. Radio journalism.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Categorias de análise..... | 48 |
| Quadro 2 - Lista de fontes na ordem em que foram citadas no programa #130..... | 51 |
| Quadro 3 - Pautas e subpautas do episódio #130..... | 59 |
| Quadro 4 - Assuntos na ordem em que foram citados no programa #152..... | 64 |
| Quadro 5 - Pautas e subpautas do episódio #151..... | 71 |
| Quadro 6 - Lista de fontes na ordem em que foram mencionadas no programa #152..... | 74 |
| Quadro 7 - Pautas e subpautas do episódio #152..... | 77 |

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

AD – Análise de Discurso

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

HPV – Human Papiloma Virus

LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersexuais, +

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

SUS – Sistema Único de Saúde

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 SEXUALIDADES, SEXO E GÊNERO: CONCEITOS E REVISÃO HISTÓRICA .. | 12 |
| 2.1 SEXUALIDADES..... | 12 |
| 2.2 DEFININDO RELAÇÃO SEXUAL | 16 |
| 2.3 EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL | 19 |
| 2.4 PERSPECTIVAS SOBRE GÊNERO | 22 |
| 3 JORNALISMO E O TEMA SEXUALIDADE | 28 |
| 3.1 JORNALISMO E SEXUALIDADE EM PESQUISAS | 28 |
| 3.2 JORNALISMO DE SAÚDE E DE COMPORTAMENTO | 33 |
| 3.2.1 Jornalismo de Saúde Científico | 35 |
| 3.2.2 Jornalismo de Bem-Estar e Comportamento e a imprensa feminina. | 38 |
| 3.3 JORNALISMO COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO SEXUAL | 40 |
| 4 A ABORDAGEM SOBRE SEXUALIDADE DO PODCAST MAMILOS | 43 |
| 4.1 O PODCAST | 44 |
| 4.2 O PERFIL..... | 45 |
| 4.3 METODOLOGIA | 47 |
| 4.4 ANÁLISE DO EPISÓDIO #130 - AIDS, NOVA GERAÇÃO | 48 |
| 4.4.1 Fontes | 49 |
| 4.4.2 Análise, opinião e informação | 51 |
| 4.4.3 Pautas e subpautas | 57 |
| 4.5 ANÁLISE DO EPISÓDIO #151 – TODAS AS LETRAS DO ARCO-ÍRIS PARTE | |
| 1 | 62 |
| 4.5.1 Fontes | 63 |
| 4.5.2 Análise, opinião e informação | 64 |
| 4.5.3 Pautas e subpautas | 69 |
| 4.6 ANÁLISE EPISÓDIO #152 - SEXOTERAPIA | 73 |
| 4.6.1 Fontes | 73 |
| 4.6.2 Análise, opinião e informação | 74 |
| 4.6.3 Pautas e subpautas | 79 |
| 4.7 CRUZAMENTO DE ANÁLISES | 81 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 84 |
| REFERÊNCIAS | 87 |

INTRODUÇÃO

A desinformação e a falta de informação ainda regem o debate público sobre sexo e sexualidades. Originada em preceitos de moralismo e patriarcalismo, a ideia de que falar de sexo é pecaminoso e constrangedor contribui para a construção de uma conjuntura sociocultural que estigmatiza a sexualidade humana. Na escola, em casa e na mídia, discute-se a relação sexual de maneira limitada e limitante ou nem se discute.

O Estado, como um dos agentes de fomento de educação sexual na sociedade, esquivava-se de sua responsabilidade e desestimula iniciativas nesse sentido. Em especial, o atual Governo Federal vem posicionando-se contra a abordagem de questões de gênero e sexualidade em instituições de ensino. São inúmeras as falas do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de seus representantes ministeriais que reforçam noções ultrapassadas, anticientíficas e preconceituosas de temas que dizem respeito à sexualidade.

Em face desse cenário, o presente trabalho entende que o Jornalismo também desempenha um papel na democratização da educação sexual na sociedade civil. Por isso, temos por objetivo compreender a abordagem de questões de sexo e sexualidade em um dos *podcasts* jornalísticos de maior audiência no Brasil, o Mamilos.

A presente monografia foi desenvolvida em cinco capítulos, incluindo a Introdução e as Considerações Finais. No segundo capítulo, “Sexualidades, sexo e gênero: conceitos e revisão histórica”, propomos as definições e a contextualização histórica de conceitos-chave para a pesquisa, como sexualidades, relação sexual, educação sexual e gênero. Por meio de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, consultamos autores e documentos que são referência nessas temáticas. Foucault (2014, 2000, 1988, 1984), Beauvoir (2001, 1970), Butler (2002, 1997, 1990), Scott (1995) e Doe (2005, 2018) são alguns dos teóricos que versaram e versam sobre gênero e sexualidade na academia. Compreender as singularidades e contextos dos seus objetos de estudo é fundamental para a sustentação desta análise.

O terceiro capítulo, “Jornalismo e o tema sexualidade”, se debruça sobre as abordagens e os formatos jornalísticos tipicamente associados à cobertura de questões de sexo e sexualidade humana. Os autores Augusti (2005), Maksud (2008),

Silva (2010) e Pastana (2014) foram a base para delinear um panorama de trabalhos acadêmicos que exploram a relação do Jornalismo com questões de sexo, gênero e sexualidade. Embora entendamos que as práticas jornalísticas são multifacetadas, propomos um recorte das pautas relacionadas à sexualidade nas categorias de Jornalismo de Saúde Científico e Jornalismo de Bem-Estar e Comportamento. Essas são duas abordagens em que esse assunto pode desdobrar-se na área do Jornalismo. Por meio de Anderson (2006) e Fernandes (2017), abordamos as características da segmentação midiática e do Jornalismo especializado. Kucinski (2002), Gomes (2012) e Kuscinsky (2002) embasam o subcapítulo sobre Jornalismo de Saúde Científico. Buitoni (1986), Lux (2007) e Scalzo (2006), o subcapítulo acerca de Jornalismo de Bem-Estar e Comportamento.

No quarto capítulo, “A abordagem sobre sexualidade do podcast Mamilos”, foi feita a análise dos episódios #130 - Aids, Nova Geração, #151 - Todas as Letras do Arco-Íris - Parte 1 e #152 - Sexoterapia. Em um primeiro momento, a pesquisa explorou o contexto e o perfil do Mamilos na *podosfera* brasileira. Utilizando a metodologia de estudo de caso, em um segundo momento, analisamos a abordagem do *podcast* de questões de sexo e sexualidade com o recorte dos três episódios citados. Pressupostos de Yin (2001) e Schramm (1971) sustentaram a estratégia de seccionar a análise em três categorias: fontes; análise, opinião e informação; e pautas e subpautas.

A partir desta pesquisa e do estudo de caso, procuramos responder à questão: de que forma o *podcast* Mamilos trata de temas relacionados ao sexo e à sexualidade humana? Quais decisões jornalísticas são tomadas na produção dos três episódios analisados e que efeitos elas têm no resultado final do programa? O presente trabalho também tem o objetivo de compreender como questões de sexo e sexualidades são definidas e discutidas no meio acadêmico e jornalístico e sob qual viés editorial são exploradas no Jornalismo.

A mídia de *podcast* encontra-se em plena ascensão no contexto cultural brasileiro. Em um país onde a credibilidade da imprensa tradicional está sendo posta em xeque por governantes reacionários e apoiadores, muitas vezes resta aos veículos de Jornalismo alternativo a disseminação de temas de interesse público. A sexualidade humana transcende o ato sexual e a reprodução. Está onipresente nas relações interpessoais e individuais. A partir dessas premissas, percebe-se a importância da educação sexual na vida das pessoas. A família, a escola e a mídia

são os pilares da construção de conhecimento na modernidade. Cabe a essas instituições a difusão de informações que contribuam para a criação de relações saudáveis entre os indivíduos e a sua própria sexualidade. Ciente disso, desde sua concepção, o *podcast* Mamilos vem trazendo de forma sistemática pautas que abordam os temas envolvendo sexo e sexualidade. Este trabalho propõe uma análise cuidadosa dessa abordagem de modo a apreender se o programa de fato desempenha seu papel social como veículo de comunicação e quais as maneiras como se dá essa construção ao longo de três episódios.

2 SEXUALIDADES, SEXO E GÊNERO: CONCEITOS E REVISÃO HISTÓRICA

Antes de entrarmos na discussão de Jornalismo e a abordagem do tema sexualidade, é importante delinear os conceitos, definições e um panorama histórico sobre os referentes tópicos. A temática da sexualidade e suas teorias levantam importantes debates na contemporaneidade. Assim, faz-se necessário estabelecer pressupostos e paradigmas desses estudos para não deixarmos alguns termos abertos à subjetividade.

Acerca da sexualidade – ou das sexualidades – em si, traçaremos a trajetória histórica do termo e de seus estudos. Sexualidade humana é um dos temas de maior relevância na atualidade. Portanto, abordaremos de que forma ela é discutida em salas de aula do território brasileiro no subcapítulo sobre educação sexual no Brasil.

O conceito de relação sexual é um fenômeno que tangencia os debates de sexualidade na sociedade. Comumente concebido como um sinônimo de sexualidade, o sexo e suas potências e definições serão assuntos neste capítulo.

Por fim, é pertinente trazer discussões sobre gênero para o presente trabalho. Embora não seja nosso objeto de análise, as questões de gênero frequentemente atravessam as discussões sobre sexualidade, sendo importante contextualizá-las com sustentação em estudos basilares sobre a temática.

2.1 SEXUALIDADES

Sexualidade é um tema que ocupa variados espaços na sociedade. Nas mídias sociais, nas historiografias e na imprensa, o assunto alcança diferentes abordagens. É mediante esses meios e outros que construímos os conceitos que permeiam nossa “enciclopédia pessoal” sobre a temática da sexualidade.

Louro (2008) reforça a ideia de que são muitas as formas de compreendermos e incorporarmos os significados de sexualidade em nossas vidas.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (LOURO, 2008, p. 18).

Sexualidade é um conceito complexo de se definir. Mas um primeiro passo nessa direção é o emprego da palavra no plural: sexualidades. A sexualidade humana é um fenômeno múltiplo e de infinitas potencialidades – cada pessoa expressa a sua sexualidade de forma individual e, não obstante, ampla. Logo, de acordo com Furlani (2012), sempre que possível faremos referência a conceitos adjacentes à sexualidade humana usando o plural.

Um segundo passo rumo às definições possíveis de sexualidade e suas abordagens é diferenciá-la de sexo e relação sexual. Segundo Maia (2010), sexualidade e sexo ainda são entendidos como sinônimos no senso comum. Um exemplo dessa associação é o fato das discussões sobre sexualidades nas escolas se restringirem a conversas sobre reprodução sexual, métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Esse debate sobre educação sexual nas escolas será retomado mais adiante no trabalho.

Enfim, com as premissas anteriores estabelecidas, podemos começar a conceituar sexualidade. Quando falamos de sexualidades, referimo-nos a um conceito amplo, que abrange diferentes escopos da biologia humana. A sexualidade está ligada a experiências corporais, fisiológicas e psicossociais que vivenciamos. Nossos objetos de desejo, prazer e fantasia englobam esse fenômeno. Segundo Louro (2008) e Maia (2010), são muitos os atores que a moldam desde o nascimento e no decorrer nossas vidas: História, cultura, política, normas e instituições sociais (como a família, a Igreja, mídias e a escola), por exemplo.

Em *Microfísica do Poder*, Michel Foucault (1989) introduziu um conceito de que podemos nos valer para melhor entender as nuances da abordagem de sexualidade ao longo da História: o dispositivo. O autor demarca esse termo como:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

À vista disso, o dispositivo da sexualidade, especificamente, são os discursos, as normas sociais e jurídicas, a ordem, os ditos e os não ditos sobre a sexualidade humana e seus fenômenos. Para Foucault (1988, p. 101), o dispositivo “funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder”, atuando nas

relações de poder de uma sociedade de forma recíproca: as influenciam da mesma maneira que são influenciados por elas.

Em sua trilogia de livros *História da Sexualidade no Ocidente*, procura explicar sexualidade sob a perspectiva da linguagem e dos discursos empregados sobre o objeto. Sua abordagem histórico-cultural contrasta com o ângulo biológico da literatura produzida até então. Da Antiguidade Clássica até o início do século XVII, quando ocorre a origem da “Era da Repressão”, as práticas sexuais eram compreendidas sob uma ótica religiosa, não obstante, livre de censuras. Não havia segredos nem constrangimentos tratando-se de sexualidade, uma vez que esta dizia respeito a todos. As repressões comportamentais e morais a que o indivíduo foi submetido a partir do século XVII migraram a discussão da sexualidade do âmbito público para o privado. A contar dessa época até o século XVIII,

[...] três grandes códigos explícitos — além das regularidades devidas aos costumes e das pressões de opinião — regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã, e a lei civil. Eles fixavam, cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Todos estavam centrados nas relações matrimoniais... (FOUCAULT, 1988, p. 38).

Por volta dos séculos XVIII e XIX, houve um movimento de cunho político e econômico para se falar de sexo, ainda que de maneira restrita. Esse movimento tinha por objetivo incorporar, de forma pragmática, as discussões de sexualidade nas políticas de resolução de problemas sociais, ou seja, procurar trazer descobertas científicas sobre o tema para debates públicos sobre natalidade, riqueza, mão de obra e afins. Foi nesse contexto em que as sexualidades passaram a ser mais bem analisadas sob as perspectivas da Medicina, da Pedagogia, da Psiquiatria e da Justiça Penal.

Foucault (1988, p. 102) chamou de “dispositivos de interdição” os agentes de controle social do falar sexo. Até aquele momento na História, eram eles a Ciência e a Igreja – e seus mecanismos de censura e repreensão moral. O primeiro utilizava-se da "discursividade científica" em sua abordagem, enquanto o segundo apoiava-se no procedimento da "confissão". Assim, instituiu-se o regime do “poder-saber-prazer” (FOUCAULT, 1988, p. 102).

A palavra “sexualidade” surge no início do século XIX. Foucault (1984, p.9) conecta o uso do termo com os diversos fenômenos que precederam ou ocorreram de maneira concomitante à sua criação:

[...] o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos.

Mas o ponto de virada histórico para o entendimento de sexualidade na atualidade foram os trabalhos do médico e psicanalista Sigmund Freud na passagem do século XIX para o século XX. Nas palavras de Foucault (1988, p. 53): "Pelo menos até Freud, o discurso sobre o sexo — o dos cientistas e dos teóricos — não teria feito mais do que ocultar continuamente o que dele se falava".

A psicanálise foi revolucionária em suas abordagens no campo da sexualidade humana. A partir de Nascimento (2005), depreende-se que essa área de estudo rompeu com o viés ideológico e moralista com que se tratava sexo e sexualidade no passado, procurando promover um tipo de produção de conhecimento isenta de vieses e (auto)censuras. Com obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1949, p. 20) introduziu o conceito de sexualidade infantil, além de trazer à tona explicações sobre instinto sexual ("necessidades sexuais no ser humano e no animal") e sobre a diferenciação entre neurose e perversão.

Embora a psicanálise se manifeste no campo da Ciência, Foucault (1988) marca que nela existe uma dimensão confessional. É por meio de uma confissão em forma científica que a psicanálise clínica explora e interpreta o indivíduo para os fins de uma recuperação de traumas sexuais. Desse modo, o autor posiciona a psicanálise como um instrumento ativo do regime do poder-saber-prazer e nega que essa área de conhecimento teria de fato rompido com a repressão da sexualidade do período vitoriano.

Foucault (1988, p. 109) descreve como o processo de coisificação do sexo mantido pelo cristianismo clássico na Era da Repressão deu lugar à "tecnologia do sexo" nos séculos XIX e XX, quando as sexualidades se tornaram objeto de análise das instituições médicas.

Um exemplo dessa nova tecnologia do sexo é o trabalho do biólogo americano Alfred Kinsey, que, em 1947, fundou o Instituto de Pesquisa do Sexo na Universidade de Indiana (hoje Instituto Kinsey para Pesquisa do Sexo, Gênero e Reprodução). Entre suas contribuições para a área, para Giarni (2007), estão a apresentação do conceito de comportamento sexual e seus relatórios detalhados sobre atos, contatos e relações

sexuais. As pesquisas de Kinsey, contudo, não abordavam as “dimensões afetivas e psicológicas associadas à atividade sexual” (GIAMI, 2007, p. 304).

Após a morte de Kinsey, com o objetivo de preencher a lacuna deixada pelo sexólogo, o ginecologista William Howell Masters (1915-2001) e a psicóloga Virginia Eshelman Johnson (1925–) iniciaram sua colaboração científica na Universidade de Washington. De acordo com Sena (2010), enquanto Kinsey tinha uma abordagem mais sociológica, Masters e Johnson debruçaram-se sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade humana. Os relatórios do casal, que versam de avaliações de disfunções sexuais a técnicas de tratamento em terapia sexual, são até hoje referência nos campos da Medicina, da Sexologia e da Psicoterapia sexual.

Ainda segundo Sena (2010), a Sexologia, área que abrange os conhecimentos da sexualidade humana, divide-se em duas vertentes: uma biológica e médica e outra sociocultural, voltada para a Antropologia. O conceito de sexualidade como o conhecemos na contemporaneidade é fruto de estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas, como Medicina, Psicologia, Antropologia, Biologia, Sociologia e Direito. Ao constatarmos a amplitude e a complexidade das abordagens do tema das sexualidades, justificam-se as premissas estabelecidas no início deste subcapítulo. Sexualidade é um conceito amplo, plural e multifacetado que abrange diferentes aspectos da vida humana em suas dimensões públicas e privadas.

2.2 DEFININDO RELAÇÃO SEXUAL

Uma vez estabelecida a discussão por trás das definições e conceitos das sexualidades humanas, é importante que entendamos de que forma elas se diferenciam do ato sexual. Conforme apontamos no subcapítulo anterior, embora sexualidade seja tida como um sinônimo de sexo, os termos se referem a fenômenos distintos. E, como mais adiante no trabalho nos debruçaremos a analisar a abordagem de temas relacionados à sexualidade pelo *podcast* Mamilos, faz-se necessária a conceitualização de relação sexual.

Antes de efetivamente apresentarmos essa definição, propomos uma pequena digressão a fim de ilustrar a complexidade do conceito.

No cerne do escândalo político sexual envolvendo o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton e a ex-estagiária da Casa Branca Monica Lewinsky, estava a interpretação do termo “relação sexual”.

Em 1998, Bill Clinton estava sendo processado por assédio sexual por Paula Jones, recepcionista de um hotel onde Clinton compareceu a uma conferência. Os advogados de Jones tomaram conhecimento da relação entre Lewinsky e o então presidente.

Ao intimarem a moça, os advogados de Paula elaboraram uma definição para a expressão “relação sexual”, avalizada pelo juiz, que lia o seguinte:

Para os fins desta definição, uma pessoa se envolve em "relações sexuais" quando se envolve ou causa conscientemente

(1) contato com os órgãos genitais, ânus, virilha, seios, parte interna da coxa ou nádegas de qualquer pessoa com a intenção de satisfazer ou despertar o desejo sexual de qualquer pessoa...

"Contato" significa toque intencional, diretamente ou através da roupa (TIERSMA, 2004, p. 946-947, *tradução nossa*).

O chefe do Executivo leu a definição e negou, sob juramento, ter tido relações sexuais com Monica Lewinsky. Meses depois, após a confirmação de que Lewinsky havia realizado sexo oral em Bill Clinton, o Congresso dos Estados Unidos abriu um processo de impeachment contra o presidente por, dentre outras acusações, perjúrio (mentir sob juramento).

No decorrer do julgamento, como relembra Tiersma (2004), Clinton revelou que, na sua interpretação da definição de relação sexual no caso Jones, o réu teria de ser a pessoa a entrar em contato com os “órgãos genitais, ânus, virilha, seios, parte interna da coxa ou nádegas” de seu parceiro sexual. Como não foi o ocorrido, pois foi Monica a “agente” sexual do ato, sentiu-se confiante em dizer que não havia feito sexo com Lewinsky.

O caso Clinton-Lewinsky teve muitos desdobramentos que não são relevantes para este trabalho. Aqui, o foco não está nas nuances de linguagem e manobras retóricas da narrativa e, sim, na forma como o próprio conceito de relações sexuais pode ser um rico objeto de debate.

À época do escândalo, discutiu-se em esfera pública se sexo oral configurava como relação sexual. Isso porque, seguindo as considerações de Definition (2018) e Times (1998), o ato sexual foi historicamente construído como uma ferramenta para a reprodução. Para Furlani (2012), um homem realizando a penetração de seu pênis na vagina de uma mulher é a associação direta que se faz ao falarmos de sexo.

Sexo, que para os fins deste trabalho será tratado como um sinônimo de relação sexual, embora dificilmente verbalizado, é um tema comum em nosso cotidiano. Seu significado é tão banalizado que dificilmente é conceitualizado. E o fato

de sexo não ser discutido abertamente – pelo contrário, discussões ainda são censuradas e silenciadas em setores da sociedade – contribui para a criação de lugares comuns e simplificações.

Em primeiro lugar, para conceituar “sexo” ou “relação sexual” é preciso diferenciá-los de “sexualidade”. Sexualidade é uma ideia ampla, concebida no século XIX, que remete a “sentimentos, desejos e percepções” (PASTANA, 2014, p. 74). Segundo Paulo Ribeiro (2005 apud PASTANA, 2014, p. 18), sexualidade está para o “saber”, como sexo está para o “fazer”. Sexo são as práticas, as atitudes e os comportamentos associados ao ato sexual. Ambos, sexualidade e sexo, são construções culturais e se relacionam de maneira singular e não excludente.

Contudo, falar que sexo são práticas, atitudes e comportamentos é uma abstração. Como definir sexo de fato?

Em um vídeo de 2018¹, a sexóloga clínica Lindsey Doe nos diz que o importante ao definirmos o que é sexo é encontrar uma “resposta inclusiva que não desconsidere a experiência de ninguém”. No entanto, alerta para a existência de definições inclusivas até demais. Para exemplificar, a sexóloga revelou sua própria definição de sexo como “uma atividade consensual com o propósito de suscitar uma resposta fisiológica”. Mas atividades como um exame pélvico e uma cirurgia cardíaca seriam contempladas em sua definição ampla. A educadora ainda cita uma definição anônima para sexo que, mesmo mais restrita que a sua, ainda tem suas limitações: “Qualquer coisa relacionada à gratificação sexual ou reprodução ou o impulso por um dos dois”.

Em sua tese, Doe (2005) estuda como as pessoas determinam que transaram e quais são os elementos que compõem sexo, especificamente a primeira vez. Por meio de entrevistas, a pesquisadora reuniu respostas fisiológicas e sensações em comum que seus entrevistados relataram experienciar em sua primeira relação sexual. O trabalho detalha, então, que o fenômeno do sexo inclui algumas características globais, como a “negociação, aumento de temperatura corporal, antecipação, contato genital, sensação de uma corrente elétrica, consciência de performance e movimento persistente” (DOE, 2005, p. 146). Para além das características descritas, a autora ressaltou que cada experiência sexual é única, composta por diversos outros elementos particulares de cada indivíduo.

¹ Disponível em: <https://bit.ly/3cLtOcV>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Segundo a definição de Doe (2018), em vídeo, não existe uma definição de relação sexual que abranja todas as vivências. A pesquisadora enfatiza que uma palavra e seu respectivo significado podem variar de acordo com “a pessoa que os emprega e em qual contexto os emprega”. Sendo assim, até a definição de Bill Clinton, embora restritiva, seria válida.

O cerne do debate sobre a conceitualização de sexo ou do ato sexual é este: a subjetividade do interlocutor que guia a definição. É essa conclusão que precisamos incorporar mais adiante no trabalho quando nos debruçarmos sobre o objeto de análise.

2.3 EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

O Jornalismo influencia decisões, opiniões e ações. Seu papel na civilização está associado à manutenção da democracia (“A democracia morre na escuridão”, já dizia o slogan do jornal americano *The Washington Post*) e conscientização dos cidadãos quanto a questões de interesse público – e do público, como sexualidade e sexo. Mas, como qualquer processo de disseminação de conhecimento, a relação de troca de informações entre o Jornalismo e a sociedade baseia-se na reciprocidade. Afinal, é uma *troca*.

Para discutirmos a abordagem de temas relacionados à sexualidade pelo Jornalismo, precisamos primeiramente entender de que forma esses assuntos são tratados na coletividade. Explorar o histórico e a abrangência de projetos de educação sexual no território brasileiro é uma estratégia possível e válida para chegarmos a esse entendimento.

As primeiras iniciativas de educação sexual em escolas brasileiras remetem aos anos 1930. Na época, conforme Sayão (1997) nos conta, informações sobre a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) eram veiculadas por meio de um discurso repressivo. Contudo, em 1960, houve as primeiras medidas de educação sexual com planejamento formal no País. Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo foram os laboratórios para essas experiências que, tão logo estabeleceu-se a Ditadura Militar no Brasil, foram dissolvidas. Foi a epidemia da Aids, porém, que trouxe a discussão à tona com caráter de urgência, como explica Meyer (2017).

A Portaria Interministerial n. 796 de 1992 regulamentou a inserção da educação sexual no currículo escolar. Além de vedar práticas de discriminação no ambiente escolar contra pessoas portadoras de HIV, recomendava

a implantação, onde não exista, e a manutenção e ampliação, onde já se executa, de projeto educativo, enfatizando os aspectos de transmissão e prevenção da infecção pelo HIV e AIDS, dirigido a professores, pais, alunos, funcionários e dirigentes das redes oficial e privada de ensino de todos os níveis, na forma do anexo (BRASIL, 1992).

Embora ainda limitadas as recomendações sobre a prevenção de uma doença venérea específica, a Portaria n. 796 pavimentou o caminho para um cenário favorável à implementação de políticas de educação sexual a nível nacional.

Em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) previram a orientação sexual como um tema transversal a ser abordado em salas de aula. Esse documento introdutório dos parâmetros curriculares descreve a sexualidade como um conceito amplo, polêmico e fundamental na vida das pessoas, em acordo com que o presente trabalho discutiu anteriormente.

Crianças e adolescentes adquirem conhecimentos informais sobre sexo a partir de suas vivências com familiares e pessoas próximas, além das informações veiculadas em meios de comunicação. O papel das escolas, para o documento, seria de levar em conta essas impressões e sentimentos dos estudantes acerca da temática e alimentar debates reflexivos que os permitam embasar suas decisões e opiniões.

A escola não substitui nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos. Como um processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos (BRASIL, 1998).

Dessa forma, constatamos que o Estado Brasileiro reconhecia a sexualidade como um elemento basilar da vida humana e importante objeto de discussão na formação dos cidadãos, sem deixar de respeitar e validar a subjetividade que concerne às sexualidades humanas.

Segundo Lüdke (2000), o trabalho desses documentos em reafirmar e incentivar a introdução de conteúdos de educação sexual nas escolas é limitado. Somada à ascensão do conservadorismo e de uma mentalidade resistente a mudanças vistas como progressistas na sociedade, a falta de uma imposição legal da

orientação sexual nas escolas mostra que iniciativas do gênero assumem caráter esporádico no Brasil.

Uma reportagem de Lauro Neto (2014), do jornal O Globo, revelou que, entre os dez melhores colégios no *ranking* do Enem 2012 no estado do Rio de Janeiro, quatro tinham projetos específicos relacionados à educação sexual. Na rede pública fluminense, essas propostas também eram pontuais e não seguiam as diretrizes do Ministério da Educação (MEC).

Atualmente, sob uma ótica restrita, sexualidade e seus efeitos vêm sendo discutidos com mais frequência no Brasil. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2015 revelam que 80% dos alunos de escolas públicas já receberam orientação sobre Aids e outras ISTs em sala de aula. Em relação à discussão do tema da prevenção de gravidez, o percentual é de 70%. Entre alunos de escolas privadas, os números são, respectivamente, 87% e 76%.

Apesar disso, índices de gravidez precoce e comportamentos de risco (como não utilizar métodos contraceptivos) podem nos fazer questionar a eficácia dessas abordagens de orientação sexual nas instituições de ensino. A taxa de mulheres entre 15 e 19 anos com filhos no Brasil é de 59,1%, segundo levantamento de 2017 da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). O índice é 30% mais alto do que no resto do mundo. O percentual de alunos do sexo masculino de 13 a 17 anos com vida sexual ativa que usaram método contraceptivo para evitar gravidez e/ou DSTs na última relação é de 59%, enquanto, de acordo com o IBGE (2015), 73% das meninas o fizeram.

A discussão sobre sexualidades vai muito além da prevenção de gravidez precoce e ISTs. Inclusive, a maioria dos brasileiros acredita que gênero e sexualidade *devem* entrar no currículo escolar. Uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação (MEC) e citada por Toledo (2019) aponta que 55,8% dos entrevistados são a favor dessas questões serem abordadas nas escolas. O senso comum associa a necessidade da educação sexual com a prevenção de comportamentos de risco entre adolescentes. Todavia, existem benefícios de se conversar sobre sexualidade com crianças. O manual da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA, 2002) indica a educação sexual, tanto por meio da mídia como das escolas, como uma ferramenta de prevenção primária da violência sexual.

No Brasil de 2020, existem muitos obstáculos para a implementação, a nível nacional, de políticas transversais e abrangentes de orientação sexual em instituições

de ensino. O presidente Jair Bolsonaro posicionou-se, em diversas ocasiões, contra discutir sexualidade nas escolas: “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química”, afirmou em novembro de 2018, como apontado por Fernandes (2018). Na mesma época, o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, opôs-se à ideia de gênero como uma construção sociocultural, afirmando que quem define gênero são aspectos da natureza, lembrado por Nunes e Lima (2019).

O ex-ministro da Saúde da gestão Bolsonaro, Luiz Henrique Mandetta, mostrou-se a favor da abordagem de temas associados à sexualidade nas escolas em entrevista à Agência Brasil: “Acho que tem que fazer, não dá para não fazer” (TOKARNIA, [2019]). A ministra Damares Alves, da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, se diz favorável às iniciativas. Contudo, acredita que devam ser estabelecidas restrições de faixa etária para o ensino e criticou a forma como o tema vem sendo abordado no País. A ministra defende que se discuta a abstinência sexual como um método contraceptivo, estratégia tida como ineficaz contra gravidez precoce e disseminação de ISTs por estudos científicos como visto em Denford, Abraham, Campbell e Busse (2016). Em 2019, Damares Alves envolveu-se em uma polêmica ao circular um vídeo nas redes sociais em que declarava que “menino veste azul e menina veste rosa”². Quando questionada sobre o caso, a ministra esclareceu que sua fala não deveria ser interpretada literalmente, ela estaria fazendo uma alusão à “doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil” (BORGES, [2019]).

Seja qual for a interpretação da fala da representante do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ela escancara a precariedade das discussões sobre gênero e sexualidades no Brasil. Tendo em vista a importância dessas questões para o presente trabalho e para o debate público, abordaremos os entendimentos – e desentendimentos – sobre estudos de gênero no subcapítulo por vir.

2.4 PERSPECTIVAS SOBRE GÊNERO

Questões de gênero são um campo rico para se explorar academicamente. Essas discussões estão fortemente associadas às ideias sobre sexo e sexualidade que permeiam a sociedade. Julga-se pertinente a este trabalho apresentar os

² Disponível em: <https://bit.ly/2Bd0xuO>. Acesso em: 14 jun. 2020.

conceitos por trás de gênero sob a perspectiva de algumas autoras referências no assunto.

É raro um trabalho acadêmico cujo objeto de pesquisa seja gênero não citar a famosa frase de Simone de Beauvoir. As ideias da filósofa, considerada a “mãe da segunda onda feminista” para aqueles como Cypher (2015), traçaram o caminho para as discussões sobre papéis de gênero e opressão feminina que surgiram a partir do final dos anos 1960.

O livro *O Segundo Sexo* (1967, 1970) introduz o argumento de que o nosso entendimento sobre a figura da mulher é uma construção simbólica difundida por agentes culturais. Ou seja, a condição biológica, psíquica e econômica do indivíduo não é, de fato, o que o define como homem ou o chamado “segundo sexo”. A sociedade projeta o que é ser mulher sobre o ser mulher:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Acerca do conceito de segundo sexo cunhado em sua obra, Beauvoir (1967) defende que, ao longo da História da humanidade, a mulher é relegada a um papel secundário. Diante do macho, tido como o padrão a se seguir cultural e sexualmente, a mulher é o “castrado”, o “Outro”. O corpo e a subjetividade da mulher são menosprezados em função de significações que códigos sociais encriptam neles. Simone de Beauvoir foi precursora em dizer o que uma grande massa de estudos de gênero que a sucederam reafirmam até hoje: gênero é uma construção social. Suas teorizações, todavia, foram perdendo relevância no cenário acadêmico conforme autores do pós-estruturalismo francês influenciavam o pensamento feminista estadunidense a partir dos anos 1990. De acordo com Cypher (2015), a obra *Problemas de Gênero*, de Judith Butler (1990), foi um marco desse novo pensamento feminista.

Antes de entrarmos no conjunto de ideias de Butler, é relevante abordarmos uma outra autora que em muito contribuiu para o seu trabalho: Gayle Rubin. A antropóloga e militante feminista estadunidense foi quem teorizou sobre o chamado “sistema sexo-gênero” em seu ensaio *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia*

política do sexo (1975), um dos estudos acadêmicos pioneiros sobre gênero e sexualidade. De acordo com as anotações de Moncau (2018), foi em sua pesquisa que o termo “gênero” foi usado pela primeira vez em um trabalho de teoria antropológica.

Por meio de uma releitura de teorias de Karl Marx, Claude Lévi-Strauss e Sigmund Freud, a autora desenvolveu diversas ideias dentro de seu campo de estudo. Esse sistema sexo-gênero que apresenta em seu ensaio é descrito como “um conjunto de arranjos por meio do qual a sociedade transforma sexualidade biológico em produto de atividade humana” (RUBIN, 1975, p. 34). Isto é, a distinção que fazemos entre gênero e sexo alimenta um sistema de exploração das mulheres que beneficia a prosperidade sexual, cultural e financeira dos homens (vide como suas reflexões dialogam com a teoria marxista).

Talvez o principal argumento de Gayle sobre papéis de gênero seja o de que é a estrutura social do parentesco, explorada na obra de Lévi-Strauss *As Estruturas Elementares do Parentesco* (1982), que contribui para a manutenção da opressão das mulheres. O sistema de troca de mulheres detalhado no livro, que nutre o laço familiar do parentesco na sociedade, escancara a escassez de direitos que a mulher tem sobre seu próprio corpo. É conveniente ao sujeito homem que não só exista uma diferenciação de gêneros, para que a mulher desempenhe seus papéis reprodutivos na sociedade, mas que haja uma hierarquia entre esses gêneros. O que entendemos por gênero, como explicita Rubin (1975), é uma construção social sustentada pelo sistema de parentesco, opressão da mulher, patriarcalismo e heterossexualidade compulsória.

As ideias de Rubin ecoam até hoje na Antropologia e áreas afins. Seu *insight* sobre a relação entre parentesco e o conceito de gênero foi a faísca inicial para um artigo de outra autora de impacto no campo dos estudos de gênero e sexualidade: *Is Kinship Always Already Heterosexual?*, de Judith Butler (2002).

Em contrapartida às teorizações de Simone de Beauvoir e Gayle Rubin, a filósofa pós-estruturalista Judith Butler (1990, p. 7) não vê gênero como uma construção cultural propriamente dita:

O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos. Assim, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; o gênero é também o significado discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou o ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como uma forma ‘pré-discursiva’ anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura age.

Em sua obra que marcou a história dos estudos de gênero e sexualidade, *Problemas de Gênero* (1990), rompe com a ideia de que existe uma relação preexistente entre anatomia e gênero. Gênero é performance. Uma criança nascer macho ou fêmea não a torna mais masculina ou feminina. Masculinidade e feminilidade são conjuntos de comportamentos performáticos que as pessoas apreendem e exibem em sociedade e, por meio deles, são reconhecidas como homem ou mulher.

Enquanto entendemos como sociedade que um determinado sexo implica um determinado gênero, a teoria de Judith Butler (1990) vai de encontro a esses lugares comuns. Sob seu olhar, conforme Soares (2012) e Toneli (2012) colocam, o sexo que é definido em função do *gênero*. Ao afirmar que gênero tem caráter performático, Butler (1990) não o enquadra como identidade, mas como uma ação contínua, em constante mudança, seja por incorporar novos significados dentro do corpo social ou por passar por ressignificações originadas no próprio indivíduo que o performa. Os fatores que circunscrevem as atuações da *performatividade de gênero* estão associados à classe social, raça e etnia, discussões geracionais.

Aquelas pessoas que não manifestam performances de gênero ou sexualidades em sintonia com o que é tido como o padrão (homens ou mulheres heterossexuais) são submetidos a uma condição de *vulnerabilidade*, que “qualifica o sujeito como um tipo de ser explorável” (BUTLER, 1997, p. 20). A forma como Butler (1997) conceitualiza essa vulnerabilidade dialoga com a ideia de *vulnerabilidade social* (pobreza, miséria), embora se refira a outro fenômeno: à Soares (2012), um que estigmatiza a humanidade dessas minorias de gênero e sexualidade, não necessariamente relacionado ao seu nível socioeconômico. Qualquer ser que não entre nas configurações sexuais desejáveis pelas normas sociais torna-se “patológico”.

Em consonância com o conceito de vulnerabilidade de Butler (1997), a historiadora estadunidense Joan Scott (1995, p. 88) conclui que gênero *em si* é “uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Esse é o argumento base de sua mais famosa obra, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), em que justifica a relevância de se analisar gênero sob uma

perspectiva histórica (por razão da proximidade de sentido do termo com relações de poder).

Scott (1995) participa do debate acadêmico acerca da associação de comportamentos a condições de nascença, classificando esse processo como determinismo biológico. Segundo a pesquisadora, existem mecanismos normativos atuando há séculos na História humana para manter as pessoas em seus devidos papéis sociais. A banalização desse sistema contribui para a inibição dos chamados indivíduos “subversivos”.

Scott (1995) aponta que uma das falhas de teorias que abordam relações de gênero na segunda onda feminista é a falta de interseccionalidade, ou seja, a exclusão de perspectivas de raça e classe nas análises. Autoras que procuraram romper com o binarismo sexual da masculinidade-feminilidade acabaram por reproduzir um reducionismo disfarçado: ao diferenciarem homens e mulheres, homogeneizavam o grupo das mulheres.

Examinando estudos pregressos sobre gênero e seus fenômenos, a mesma autora descobriu que essas pesquisas não exploravam o vasto potencial do campo, focando principalmente nas suas implicações no âmbito familiar. Segundo ela, é necessária uma compreensão mais ampla e interseccional do papel da mulher não só na esfera familiar como também no mercado de trabalho, no sistema político e na educação.

Essa complexidade das pesquisas sobre gênero e sexo biológico, no entanto, não foi incorporada nos lugares comuns que criamos sobre o que é ser mulher ou homem na atualidade. Um exemplo recente disso está presente nas medidas de regulamentação do processo de isolamento social no Panamá e Peru. Durante a pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), esses países estipularam um rodízio de homens e mulheres nas ruas. Mas ao fazê-lo, abriram brecha para que pessoas que não se compreendem dentro das categorias tradicionais de gênero caíssem em um limbo legal. Nesse cenário, se saíssem às ruas indivíduos que não performassem o “sexo” autorizado a transitar naquele dia, estes estariam sujeitos a multas e abusos psicológicos, como conta Lopez (2020). A abundância e a riqueza dos estudos acerca das relações de gênero não privam a temática de tornar-se objeto de simplificações no imaginário popular. As autoras que tanto debatem o assunto no ambiente acadêmico divergem entre si sobre a multiplicidade de perspectivas sobre as quais podemos nos debruçar. Suas pesquisas, quase na totalidade, apontam para uma

mesma conclusão: a discussão de gênero está intrinsecamente ligada à opressão da mulher na sociedade. O fato dessas pesquisadoras, em sua maioria mulheres, serem tão vocais e relevantes no seu meio pode ser considerado, em alguma escala, um indicativo de que seu empenho em democratizar suas teorias está surtindo efeito.

As reflexões dos autores citados no capítulo acerca de sexualidade, relação sexual, educação sexual e gênero são essenciais para apreendermos a real profundidade dessas discussões. Como o norte do presente trabalho é compreender o papel do Jornalismo na abordagem de temas relacionados à sexualidade, por meio da análise de episódios do *podcast* Mamilos, ter esses conceitos bem delineados contribuirá para uma discussão igualmente aprofundada nos capítulos por vir.

3 JORNALISMO E O TEMA SEXUALIDADE

O tema da sexualidade se manifesta no Jornalismo de diferentes formas. As abordagens variam desde matérias de comportamento e bem-estar até pautas na área da saúde e ciência. Em função dessa variedade de perspectivas, é relevante que o presente trabalho se debruce sobre o tema contemplando suas possibilidades e desdobramentos.

Em um primeiro momento, este capítulo irá traçar um estado da arte com uma seleção de trabalhos acadêmicos que já examinaram a relação do Jornalismo com o tema das sexualidades. Tal visão contribuirá para uma construção abrangente e contextualizada do estudo de caso do *podcast* Mamilos proposto no trabalho.

A prática jornalística não é estanque e monotemática. Uma mesma reportagem pode apresentar o ponto de vista de diversas áreas de estudo, assim como uma pauta única pode desenrolar-se em inúmeras outras subpautas e matérias. Embora reconheçamos isso, com o intuito de melhor organizar a pesquisa, este capítulo irá dividir a abordagem jornalística da sexualidade em duas categorias editoriais: o Jornalismo de Saúde Científico e Jornalismo de Bem-Estar e Comportamento.

Para que mais tarde tenhamos compreensão da responsabilidade social do *podcast* Mamilos ao abordar sexo e sexualidade, dedicamos um subcapítulo à exploração do papel do Jornalismo como agente de educação sexual na sociedade. A partir dos pressupostos delineados sobre orientação sexual nas escolas, o presente trabalho se propõe a olhar o tema considerando as particularidades do Jornalismo.

3.1 JORNALISMO E SEXUALIDADE EM PESQUISAS

Como este trabalho pretende abordar o discurso jornalístico sobre sexualidade humana, com enfoque nas editoriais de Saúde e Comportamento, é importante revisarmos alguns trabalhos recentes que tenham versado sobre o tema.

Em 2005, Augusti (2005) analisou os valores presentes no discurso jornalístico de reportagens de capa referentes a comportamento na revista *Veja*. O autor debruçou-se sobre as edições correspondentes ao período entre o início de setembro de 2003 e o fim de setembro de 2004. Das 56 revistas publicadas no período de amostra, 22 se encaixavam no perfil analisado no estudo.

A pesquisa de Augusti (2005) teve como referencial metodológico a Análise de Discurso (AD) de linha francesa. O autor utilizou-se da Escala de Valores de Schwartz (1992), composta por 56 valores, dos quais 30 diziam respeito aos “tipos motivacionais” de interesse da dissertação.

Segundo o levantamento, saúde é o valor predominante nas reportagens da *Veja* sobre comportamento (está presente em 77,27% do corpus). Saúde está atrelada ao tipo motivacional da autorrealização, de acordo com o autor. Embora mais focado na procura por um estilo de vida saudável, o valor discursivo da saúde na revista se relaciona com sexo quando transita no assunto das infecções sexualmente transmissíveis.

“Os médicos admitem que [pessoas que rezam ou frequentam igrejas regularmente]: vivem mais; correm menos riscos de adquirir vícios; têm mais chances de abandonar vícios; contraem menos doenças sexualmente transmissíveis; têm menos depressão; sofrem menos de stress” (QUANDO, 2003 citado por AUGUSTI, 2005, p. 99).

Já o valor do prazer (juntamente com a beleza e a inteligência) aparece em 54,54% do total do corpus da pesquisa. O prazer está associado às sensações de alegria e satisfação, sendo vinculado ao tipo motivacional do hedonismo na pesquisa. O valor não se refere apenas a comportamentos sexuais, mas sexo é o objeto dominante no discurso da *Veja* referente a prazer. O tema é tratado em uma reportagem sobre sexo tântrico, por exemplo.

Augusti (2005) conclui que o fato de saúde e prazer (pelo sexo e pelo consumo) estarem em destaque na revista *Veja* evidencia a relevância desses valores na contemporaneidade. O contexto social do século XXI manifesta na vida cotidiana dos indivíduos a relevância da autorrealização e do hedonismo.

Três anos após o estudo citado, a pesquisadora Maksud (2008) fez uma análise de discurso jornalístico sobre sexualidade e vida privada. Sua pesquisa se debruçou sobre de dois jornais de mídia impressa: *O Globo* e *Extra*. Embora pertencentes à mesma organização empresarial, os veículos têm públicos com graus de escolaridade e níveis socioeconômicos distintos. Dessa forma, a autora discutiu a linguagem e a abordagem empregada por cada jornal, considerando os diferentes segmentos sociais a que se destinam.

O levantamento foi feito no período de abril de 1998 a abril de 1999. Maksud (2008) observou reportagens específicas sobre sexo, sexualidade e temas associados.

Ambos os jornais têm espaços dominicais dedicados a relatos dos leitores: a seção Vida a Dois, no *Extra*, e a coluna Vida Íntima, em *O Globo*. Os dois setores, inclusive, tratam de temas semelhantes: “insatisfação no casamento, infidelidade, ausência de diálogo na relação conjugal, solidão, problemas com o sexo e/ou a sexualidade” (MAKSUD, 2008, p. 665). No entanto, a abordagem dessas temáticas por cada veículo tem suas particularidades.

Maksud (2008) percebe que o aconselhamento no jornal *Extra* se dá por meio de julgamentos de valores expressos pelos especialistas que leem as cartas dos leitores. Os conselheiros opinam abertamente sobre os casos narrados, por vezes direcionando o leitor de forma explícita à resolução do seu problema: “Procure um novo amor!” (MAKSUD, 2008, p. 665).

No caso da coluna *Vida Íntima*, comentada por um renomado psicanalista, a autora observa que não se emitem julgamento, deixando as ponderações do profissional abertas à subjetividade do leitor. O psicanalista não se utiliza de “conselhos acabados” com “significados fechados”, mas propõe que o próprio leitor reflita sobre sua situação por meio do uso de metáforas e histórias.

As escolhas linguísticas de cada publicação também se contrastam. Os textos do *Extra* adotam o verbo “transar” como o padrão para “relações sexuais”, linguajar coloquial pouco visto no jornal *O Globo*. O jornal popular ainda promove testes para medir os conhecimentos amorosos e sexuais de seus leitores, nos quais papéis de gênero que sustentam uma lógica hierárquica são legitimados. A masculinidade é associada à heterossexualidade e virilidade do homem, enquanto a mulher é atrelada à vergonha.

De forma similar, outro teste inquiria: “Homem galinha, mas que troca mulher por futebol... a) não gosta tanto assim de mulher; b) sabe dividir as duas paixões; c) precisa esquecer a bola e dar mais atenção à gata”. Segundo a escala do jornal, quem marcou a maioria das respostas “a” “conhece como ninguém o universo masculino”, e quem teve a maioria das respostas em “c” deve fazer “um curso intensivo sobre homens!” (MAKSUD, 2008, p. 670).

A pesquisadora conclui que as questões dos testes induzem o leitor à resposta que condiz com o viés do *Extra*. Enquanto os relatos de leitores são editados para transmitirem “a mensagem que o jornal ele deseja passar”. Assim, Maksud (2008, p. 670) demonstra acreditar na manipulação da audiência pela imprensa: “Como discutiu Bourdieu (1983) analisando pesquisas de opinião, a verdadeira opinião pública inexistente, na medida em que é decorrente dos vieses contidos na formulação das

proposições feitas às pessoas”. Já o discurso de *O Globo* é oscilante. O jornal difunde ideais e comportamentos da modernidade. No entanto, da mesma forma em que contrasta com algumas concepções conservadoras expressas no *Extra*, também manifesta construções mais tradicionais de sexo e sexualidade. Em seus cadernos de informática e viagem, a modernidade que procura representar ainda reforça estilos de vida tradicionais: “Em se tratando da interação dos meios de comunicação com os leitores, novos valores se sobrepõem aos antigos sem alterá-los substancialmente” (MAKSUD, 2008, p. 670).

Na sequência dos estudos de Maksud (2008), Silva (2010) defendeu sua dissertação sobre o papel do Jornalismo nas relações poderes e na forma como estas dialogam com relações de gênero e sexualidade na sociedade. A pesquisadora utilizou-se da técnica de observação participante para acompanhar, durante onze semanas, a produção de notícias de um dos programas jornalísticos da RBS TV.

Em um primeiro momento de observação, Silva (2010) percebeu as frequentes piadas de cunho sexual ou reforçando estereótipos que ocorriam na redação. “Para minha surpresa de “estranha”, que nunca havia trabalhado numa redação de veículo, o “coração da empresa” era um lugar do “politicamente incorreto””. (SILVA, 2010, p. 99). Foi aí que a jornalista passou a entender os jogos de convenções de gênero que constituíam as relações de poder dentro da redação, e como os valores representados nesse ambiente refletiam processos externos ao Jornalismo referentes ao contexto sociocultural que vivemos.

Os atributos de gênero mais valorizados na hierarquia do jornalismo, no programa em análise (nos cargos, nas relações de poder, nas notícias, entre os programas, etc.), interseccionados com os marcadores de classe e geração, entre outros, equivalem aos atributos e marcadores mais valorizados na heteronormatividade (SILVA, 2010, p. 131).

Podia-se observar na redação que, por questões de hierarquização de gênero impressas em nossa sociedade, a figura de poder não necessariamente era a chefia, principalmente quando esta se tratava de uma mulher. Foi o caso citado por Silva (2010, p. 108) sobre a editora-chefe interina Kátia, que não era vista como uma autoridade por seus subalternos por não “se encaixar num perfil de atributos valorizados na empresa e pelos colegas”.

Para além das relações interpessoais de gênero dentro da redação, Silva (2010) identificou “pistas” da forma como os valores culturais referentes a gênero eram impressos no fazer jornalístico também. Profissionais de gêneros diferentes

interessavam-se por tipos de pautas diferentes. Fazia-se uma distinção, relacionada a estereótipos de gênero, entre os tipos de pautas produzidos. Convencionaram-se, inclusive, oposições (também associadas a padrões de gênero): “fortes/leves; sérias/lúdicas; risco/cuidado, etc.” (SILVA, 2010, p. 198).

As percepções de Silva (2010) sobre como o Jornalismo e os jornalistas reproduzem valores hegemônicos da sociedade (heteronormatividade e a manutenção dos lugares de destaque para homens brancos, de meia idade e da classe média) levanta um importante debate sobre a relação de interdependência do Jornalismo com o corpo social. O Jornalismo influencia a sociedade, mas é influenciado por ela.

No ano de 2014, a psicóloga de formação Marcela Pastana (2014) abriu um pouco o escopo da discussão levantada por Silva (2010) e abordou em sua dissertação os temas de sexualidade, gênero e educação sexual a partir da análise de revistas femininas e masculinas. No trabalho, a pesquisadora analisou a edição de fevereiro de 2012 das seguintes revistas: *Nova*, *Boa Forma*, *Women's Health*, *Tpm*, *Capricho*, *Atrevida*, *Todateen*, *Playboy*, *Sexy*, *Vip*, *Men's Health*, *Trip*, *G* e *Júnior*.

Em sua pesquisa, Pastana (2014) observou que padrões de desempenho sexual são frequentemente abordados nas revistas dos dois segmentos. Geralmente associado à saúde e bem-estar, o prazer sexual é retratado como uma “meta a ser alcançada” nas publicações, o que acaba gerando uma representação “instrumental e funcional” de sexualidade para os leitores (PASTANA, 2014, p. 487). Com relação aos prazeres que as revistas desestimulam, a autora marca que

ter um relacionamento em que o sexo não é praticado com frequência ou optar por não estar em um relacionamento e/ou por não ter envolvimento sexual, não são representados como prazeres possíveis e inclusive são associados à falta de amor próprio e autoestima (PASTANA, 2014, p. 487).

Ademais, as práticas sexuais ainda podem ser atreladas ao sucesso e *status* das pessoas seguem um padrão estético e comportamental reforçado pelas revistas. Indivíduos que não se enquadram no referencial imposto são tidos como “infelizes, frustrados e inseguros”. E casais dissonantes dos valores heteronormativos das publicações são estigmatizados: relações entre homens são objeto de piada, enquanto há ausência de menções a relações entre mulheres (PASTANA, 2014, p. 487).

A segmentação das revistas femininas e masculinas traduz-se, assim como percebeu Maksud (2008) em sua análise do jornal *Extra*, na construção de estereótipos de gênero. As publicações retratam os gostos e interesses de homens e mulheres como naturalmente diferentes nos dois segmentos, como se houvesse uma oposição entre os gêneros, segundo Pastana (2014). A autora inferiu que, nas revistas femininas, a beleza e o amor são representados como os elementos mais importantes na busca por sua realização pessoal. No quesito das relações amorosas, é imprescindível que a mulher esteja em um relacionamento sério ou à procura de um homem com quem dividir sua vida. O sexo do casal é caracterizado como prazeroso, embora o foco principal da mulher seja agradar seu parceiro e corresponder às suas expectativas sobre padrões estéticos reforçadas pelas revistas masculinas.

Nessas publicações voltadas para o público masculino, há uma associação entre masculinidade e desejo sexual forte. O objetivo das revistas, inclusive, é excitar seu leitor com a utilização frequentes de imagens eróticas de mulheres (nas revistas heterossexuais) e homens (nas homossexuais) dentro dos padrões estéticos da nossa cultura. Acontece o fenômeno da “genitalização” das sexualidades nessas publicações: conteúdo centrada no pênis, na ereção e na ejaculação em vez da representação de sensações corporais e afetividade. As revistas dos dois segmentos se utilizam de uma linguagem didática – quase professoral – em seu conteúdo, assim “ensinando” seus leitores sobre diversos assuntos, dentre eles sexo e sexualidade. Essa abordagem relaciona-se com a conclusão de Pastana (2014) a respeito da influência da mídia na construção e na legitimação do que entendemos por padrões de gênero na sociedade.

3.2 JORNALISMO DE SAÚDE E DE COMPORTAMENTO

Com base no que foi discutido no trabalho, percebemos a complexidade de se abordar os temas de sexo e sexualidade. São diversos campos e conceitos que atravessam esses estudos. Quando trazemos esse debate para o Jornalismo e a forma como cobrimos esses temas, a tarefa não se torna menos complicada. A primeira pergunta a se fazer antes de partirmos para a análise é em que segmento do Jornalismo as temáticas de sexo e sexualidade se enquadram. Jornalismo de Saúde Científico? Jornalismo de Comportamento? Ou ambos?

Quando analisamos as informações referentes à disseminação do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), declarada uma pandemia global pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no mês de março de 2020, percebemos que esse assunto, inerentemente relacionado à saúde, pode se manifestar em diversas editorias de jornais. Estampas e adornos nas máscaras de proteção: moda. Casais se divorciando em meio ao isolamento social: comportamento. Estudos sobre possíveis medicamentos para a cura do vírus: saúde. E assim por diante. Conforme o que diz Fernandes (2017), o tipo de segmentação depende do recorte da matéria, e não do tema-base em si.

É essencial frisar que o nosso objetivo não é colocar o Jornalismo e suas abordagens em uma caixa. Por isso, não caberia aqui uma classificação exata de que tipo de Jornalismo estamos tratando, e sim uma contextualização desses dois possíveis segmentos a que esta discussão pertence. É de nosso interesse mostrar como o Jornalismo e suas pautas são multifacetados, dialogam com várias áreas.

Convencionou-se chamar de Jornalismo especializado ou segmentado aquele tipo de cobertura da imprensa que se opõe ao tratamento generalista de fatos. Essa espécie de enfoque jornalístico tem características fundamentais, como aprofundamento, linguagem diferenciada e profissionais especializados. O Jornalismo segmentado apresenta variações de acordo com a editoria, veículo (especializado ou não) ou colunista em que se manifesta, como visto em Fernandes (2017).

O Jornalismo especializado nasce de mudanças no sistema de oferta e demanda. Conforme explica Chris Anderson (2006), em função de um processo de gradual massificação da *Internet* a partir dos anos 2000, rompeu-se com o monopólio de circulação de informação por parte dos veículos jornalísticos. Com essa poderosa ferramenta em mãos, a audiência passou a consumir conteúdo de uma grande variedade de emissores, jornalísticos ou não. O Jornalismo Industrial viu sua influência e sustentabilidade econômica ruir na medida em que seu modelo de negócio histórico, assegurado pela oferta de um bem até então escasso, perdia relevância e sentido nos novos tempos. Como resposta à necessidade de adaptações, antes mesmo da popularização plena da *Internet*, as publicações já tentaram segmentar públicos de forma massiva, por meio de revistas, cadernos de jornais, programas de TV fechada e programas especiais de final de semana em emissoras de rádio.

Em uma realidade em que veículos de notícia de qualquer formato não competem mais apenas entre si, mas também com quaisquer ofertas que canalizem

atenção do usuário ou consumidor, a segmentação temática do Jornalismo consolidou-se para suprir com a demanda de conteúdo de nicho que a *Internet* possibilitou. Ademais, com a crescente complexidade, multiplicidade, diversidade, inconstância e transformação do mundo em que vivemos, o Jornalismo faz-se necessário para pôr ordem a esse caos social e informacional.

No capítulo sobre Reportagem Especializada de sua obra *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, Nilson Lage (2011) faz um questionamento: se cada área do Jornalismo especializado pressupõe um conhecimento específico, por que usar jornalistas e não simplesmente especialistas? O próprio autor responde sua indagação: a formação humana de cada profissional. Cada profissão traz consigo seu lócus, ética, valores e propósitos, construídos historicamente ao longo de um contexto. Um médico pode ter um vasto conhecimento de saúde, mas é o jornalista quem sabe filtrar, organizar e traduzir aquilo que é mais relevante para a audiência saber sobre o assunto.

3.2.1 Jornalismo de Saúde Científico

Tratados internacionais e constituições de Estados, como o brasileiro, classificam saúde como um direito do cidadão. A Constituição Cidadã de 1988 assegura a todos os pacientes do território nacional o acesso a informações sobre sua saúde. O artigo nº 196 da Constituição prevê:

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco à doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Sendo o Jornalismo um dos pilares de defesa da cidadania e dos direitos dos cidadãos, cabe ao quarto poder a vigilância e fiscalização das políticas públicas promovidas pelo Estado. Campanhas de vacinação e detecção de câncer de mama, por exemplo, são veiculados com privilégio na imprensa, podendo-se inclusive classificar esse tipo de cobertura como “Jornalismo de Serviço”.

Renaud e Sotelo (2007, p. 216) descrevem a comunicação social como um “potente motor de promoção de saúde”. O Jornalismo, como uma das ramificações da comunicação social, a partir do que conta Kreps (2003), pode vir a ajudar a população a detectar doenças precocemente por meio da veiculação de campanhas, políticas públicas e informações cientificamente embasadas. Para tal, comenta Gomes (2012),

faz-se necessária a consulta de fontes acessíveis e fiáveis pelos jornalistas científicos – sejam elas profissionais da área da saúde, sejam estudos acadêmicos idôneos.

No entanto, da mesma forma que o Jornalismo pode ser uma ferramenta de promoção de saúde, quando desprovido de criticidade, ele pode acabar reforçando estereótipos e lugares comuns relacionados à saúde. Kucinski (2000) diz que, no final dos anos 1980, durante a epidemia da Aids, campanhas tradicionais de saúde que se utilizavam de técnicas convencionais de persuasão falharam em conscientizar a população sobre o assunto. Em 1997, uma década após o começo da epidemia, 1.7 milhão de adultos morriam por ano por conta de complicações da doença, segundo o relatório de saúde WHO (1998).

Novos estereótipos foram criados e estereótipos antigos reforçados em abordagens que se revelaram equivocadas, centradas em “grupos de risco”, inspiradas em visões moralistas ou religiosas do mundo, e não em conceitos epidemiológicos (KUCINSKI, 2000).

"Cazuza uma vítima da Aids agoniza em praça pública", lia a capa da edição de 26 de abril de 1989 da revista *Veja*. A publicação estigmatizou a figura da pessoa infectada por Aids por meio de uma reportagem sensacionalista e apelativa em que explorou a imagem do cantor Cazuza, já em estado avançado da doença. A revista abordou de maneira taxativa a condição do artista, abstendo-se de tratar os aspectos de fato relevantes ao interesse público da Aids. Para Ribeiro (2017), o foco da reportagem não era discutir sobre Aids, mas, sim, justificar uma sentença de morte dada por ela própria.

Em estudo recente, a jornalista Emiliania Sofia Gomes (2012) analisou as notícias de saúde de três jornais portugueses durante o período de janeiro a dezembro de 2011. Foram 733 artigos analisados no *Público*, 1038 no *Jornal de Notícias* (JN) e 119 no *Expresso*. Suas observações puseram em xeque a credibilidade da produção jornalística de saúde em Portugal.

A autora concluiu que os jornais abordam o assunto de saúde com um viés mercadológico: “[...] as notícias de saúde são encaradas pelos *media* como um produto cujo objetivo final é ser vendido. À semelhança do que acontece com as outras notícias, toda a área da saúde é vista como uma mercadoria...” (GOMES, 2012, p. 350). A constatação da pesquisadora vai ao encontro dos processos de segmentação do Jornalismo descritos anteriormente neste subcapítulo. Muitos veículos de imprensa

adotaram a estratégia de especialização para se adaptar às novas demandas de nicho da audiência.

Como demonstram os estudos de Gomes (2012) e de Kucinski (2002), a visão mercadológica pode desviar o jornalista e o Jornalismo de sua função social: a disseminação de informações embasadas e relevantes para sociedade, filtrando com criticidade e ética o que é de interesse público. O embasamento do Jornalismo de Saúde sustenta-se na Ciência. O Jornalismo de Saúde com viés tem a potencialidade de abordar assuntos intrínsecos à vida da população: desde saneamento básico e doenças até vacinação e aspectos da sexualidade humana (DSTs e seus tratamentos, campanhas de saúde, comportamento de risco).

No entanto, é possível perceber um afastamento do Jornalismo de Saúde de suas bases científicas. Em seu artigo "*Jornalismo e saúde na era neoliberal*", Kuscinsky (2002) evidencia a tendência de mercantilização da notícia sobre saúde ao constatar que profissionais da mídia se utilizam da legitimidade de autoridades da área da saúde para reafirmar ideias pré-concebidas sobre o assunto, assim pensando na sua conveniência ou na conveniência financeira de seu empregador.

[...] os jornalistas são também elitistas na escolha das suas temáticas. Não por opção pessoal mas devido a todo um processo social de produção da notícia, que tem como um dos seus filtros mais importantes o elitismo. Raramente vemos grandes reportagens sobre o surto de hepatite no Amazonas, ou a malária, a esquistossomose ou a lepra. Mesmo doenças como a tuberculose não são muito populares na mídia; predominam as reportagens sobre o corpo, sobre a beleza, sobre doenças que afetam as pessoas com mais posses, ou mais ricas (KUSCINSKY, 2002, p. 98).

Paralelamente ao elitismo da imprensa e do *status* da notícia de saúde como mercadoria, caminha o processo de mercantilização da própria saúde na sociedade. É saudável quem pode consumir bens e serviços que o garantam bem-estar. Somado a isso, a visão de saúde como ausência de doença ainda contribui para uma cobertura de temas da saúde voltada para a cura e os produtos que levam à cura de doenças. Esse tipo de fazer jornalístico contrasta, para Bydlowski *et al.* (2004), com a potencialidade do Jornalismo de auxiliar na prevenção de condições médicas e clínicas entre os cidadãos. Notícias de saúde sustentadas por consumismo e pela ideia de cura de doenças apenas enrijecem as desigualdades de acesso à saúde no Brasil, afastando do Jornalismo sua capacidade de promover relacionamentos menos opressivos na sociedade.

3.2.2 Jornalismo de Bem-Estar e Comportamento e a imprensa feminina

Em paralelo à variedade do fazer jornalístico voltada a *informar* questões científicas ligadas à saúde, existe um tipo de Jornalismo vinculado à produção de um conteúdo que pretende *instruir*. O Jornalismo de Bem-Estar e Comportamento, que será melhor conceituado posteriormente, atende a demandas de consumo específicas de materiais que versam sobre o comportamento humano e suas diversas manifestações.

“Comportamento, moda, beleza, *lifestyle*, gastronomia, carreira, sexo, maternidade, histórias inspiradoras, sempre com um outro olhar sobre as transformações do mundo”, é assim que se define uma das revistas femininas de maior circulação no Brasil, a *Claudia* (PUBLIABRIL, [2020?]). Essa descrição revela não só a ligação entre o tema de comportamento e a chamada imprensa feminina, como também a relação do conceito de comportamento com as demais temáticas abordadas na *Claudia*.

A versão brasileira da revista *Women’s Health* (saúde das mulheres, tradução livre), descontinuada em abril de 2020, apresenta em seu site as editorias de Corpo, Nutrição, Saúde Beleza, Sexo e Comportamento. Na categoria Saúde, encontramos receitas, matérias sobre emagrecimento e dicas de exercício. Em Comportamento, há uma predominância de textos de astrologia, entretenimento, amizade e temas amplos dentro de sexualidade humana, como assexualidade e menstruação. Na editoria de Sexo, encontram-se as matérias sobre o ato sexual em si: performance sexual e dicas para ter e dar prazer. A revista, que se autointitula um espaço para discutir a saúde das mulheres, aborda temas relacionados a comportamento e bem-estar.

Mas o que é comportamento, afinal?

O dicionário Michaelis define comportamento como o “conjunto de reações observadas num indivíduo em seu meio social” (MICHAELIS, 2020). O Dicio, Dicionário Online de Língua Portuguesa, descreve o termo como o “conjunto das atitudes específicas de alguém diante de uma situação, tendo em conta seu ambiente, sociedade, sentimentos etc.” (DICIO, 2020).

Augusti (2005, p. 19) relata que comportamento na contemporaneidade se associa a dois fenômenos: o da individualidade e o do “manual” de instruções. Relacionando a ideia de uma cultura da individualidade com conceitos de Bauman (2001), como a fluidez dos relacionamentos e das vontades humanas, o autor

esclarece que a vida sem definições fechadas na modernidade justifica a necessidade dos indivíduos de ter um “manual de instruções” para direcionar seus comportamentos. Não à toa, publicações que abordam assuntos da vida cotidiana adotam uma linguagem didática e instrutiva, debruçando-se sobre a tendência do público de consumir conteúdo que forneça dicas. O Jornalismo que aborda comportamento e bem-estar ainda é não tem uma abordagem definida pela academia. Embora muitos trabalhos falem de matérias sobre comportamento e veículos adotem editorias de comportamento, esse tipo de conteúdo tipicamente dialoga com diversas áreas do fazer jornalístico, em função do seu amplo espectro de temas e possibilidades. Para os fins deste trabalho, chamaremos de Jornalismo de Comportamento as produções voltadas para relacionamentos e sexualidade humanos, interações cotidianas, bem-estar e hábitos. Sexo, relações amorosas e familiares, amizade, beleza, moda, autoestima e culinária são alguns dos tópicos que podem enquadrar-se na categoria de Jornalismo de Comportamento.

Se pararmos para refletir sobre tipo de produção jornalística que se dedica a tratar de assunto ligados a comportamento, logo pensamos em revistas voltadas para o público feminino. Existe uma relação intrínseca entre a chamada imprensa feminina e os conteúdos com teor comportamental. Em *Imprensa Feminina*, Buitoni (1986) discute a oposição entre a imprensa tradicional e a imprensa feminina. O primeiro tipo é geralmente tido como Jornalismo sério, que aborda temas de interesse público como política e economia. Enquanto o segundo é um Jornalismo pensado para a prestação de serviço e o entretenimento, compartilhando textos com conselhos amorosos, dicas de moda e beleza e receitas culinárias com a audiência. Segundo a autora, por terem uma forte ligação com a publicidade, acredita-se que as revistas femininas apresentam conteúdo atrativo para leitores como pretexto para aproximarem possíveis compradoras de seus anunciantes.

Buitoni (1986, p. 12) discorre ainda sobre o afastamento das publicações femininas do que ela compreende ser a essência do Jornalismo, a notícia e a abordagem do que é “atual”:

O ‘verdadeiro’ jornalismo reveste-se de mais valor na medida em que está ligado à notícia objetiva, ao debate, à análise do que aconteceu no mundo. [...] Talvez não exista uma única forma de fazer jornalismo. Para não entrarmos em choque com os princípios teóricos vigentes, diremos que nem tudo na imprensa feminina é jornalismo. Por isso, preferimos a denominação imprensa feminina, mais abrangente, que engloba, entre suas manifestações, o jornalismo feminino, aquele que se fundamenta na notícia. No entanto, considerando que a imprensa feminina tem enorme penetração no mundo

inteiro, vale mais pensar suas funções do que caracterizá-la como jornalística ou não. Nessa linha de raciocínio, interessa afirmar que jornalismo não é uma categoria de julgamento. A imprensa feminina é passível de críticos, porém os critérios para análise não devem partir da oposição jornalismo/não jornalismo.

Conforme defende Lux (2007), tais argumentos precisam ser contextualizados. Sua obra foi publicada nos anos 1980, época em que o que se entendia como o conceito de “reportagem” está hoje restrito a um gênero jornalístico: o Jornalismo Interpretativo.

As reflexões sobre a relação do Jornalismo de Comportamento com a imprensa feminina e, mais especificamente, as revistas femininas nos permitem traçar um paralelo entre o Jornalismo de Revista e o Jornalismo na mídia do *podcast*. Ambos têm como proposta abordar temas com mais profundidade, muitas vezes de fato desviando-se do modelo de *hard news* do “jornal diário”.

[...] as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores. Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. Possui menos informação no sentido clássico (as “notícias quentes”) e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática) (SCALZO, 2006, p. 14).

Embora partam desse mesmo caminho, o Jornalismo de Revista e o de *podcast* se configuram de formas distintas na prática. A revista é um catálogo de reportagens – ela cria a demanda para suas ofertas, enquanto o *podcast* atende uma demanda específica. No entanto, é interessante termos em mente os aspectos em comum entre esses dois meios para, futuramente no trabalho, discutirmos o fenômeno da segmentação nas produções de *podcast* e a função “educacional” do Jornalismo.

3.3 JORNALISMO COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO SEXUAL

Até que ponto o Jornalismo influencia a sociedade e a sociedade (e sua cultura e normas) influencia o Jornalismo?

É relevante pontuar que os *jornalistas* estão inseridos em um contexto social e cultural, não podem apagar ou ignorar suas circunstâncias ao produzir uma peça jornalística. “Como produto social, o Jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento

disponível está completamente imune a isso” (MEDITSCH, 1998, p. 36). E é com base nessa premissa que este subcapítulo se faz necessário neste trabalho.

Quando discutimos o potencial pedagógico do Jornalismo, é preciso entender o fluxo discursivo que se dá entre ele mesmo, a sociedade e produção de conhecimento. Afinal, a Ciência também é uma instituição social sujeita a fluências e influências:

o fluxo discursivo entre ciência, mídia e sociedade não se manifesta de forma linear, como um contínuo, mas é pluridirecional: a ciência informa a mídia, esta informa o público, este, por sua vez, consome a midiaticização e, por um processo de emergência (SAWYER, 2003) em que fenômenos macrossociais emergem das ações de vários indivíduos participativos, determina a agenda da mídia, assim como influencia os caminhos da ciência (MOTTA-ROTH, 2010, p. 170).

Para além das indefinições que cercam a questão do limite de influência entre um ente e outro, existe uma certeza: o conteúdo disseminado pelo Jornalismo e pela mídia como um todo gera efeito no espectador. Em se tratando de sexualidade humanidade, adolescentes frequentemente citam a mídia como uma fonte para informações sobre sexo. Em uma pesquisa a nível nacional nos Estados Unidos, a mídia equiparou-se à posição dos pais e das escolas como fonte de informação sobre métodos contraceptivos entre adolescentes (FOUNDATION; MAGAZINE, 2004).

Kunkel *et al.* (2005, 2007) apontaram que 75% dos programas de destaque na televisão americana apresentavam algum tipo de conteúdo sexual. Apenas 14% dessas produções, no entanto, mencionava algum tipo de risco ou responsabilidade relacionados à atividade sexual. Nos anos em que os estudos foram realizados, a televisão era a mídia de consumo predominantes do público jovem.

Na nossa atual conjuntura, a *Internet* tornou-se um relevante meio para a busca de informação. Contudo, é mais fácil encontrar conteúdo que aborde os temas de sexo e sexualidade de maneira irresponsável do que os que promovem “comportamentos sexuais responsáveis de uma maneira igualmente atraente ao público” (BROWN, KELLER, 2000, p. 255). Um dos primeiros exemplos de site voltado para a educação sexual é o www.goaskalice.columbia.edu, ativo até os dias de hoje. Iniciativa da Universidade Columbia, o projeto foi criado com o objetivo de fornecer informações acessíveis sobre saúde e saúde sexual para estudantes universitários.

As principais manifestações de informações sobre sexo e sexualidade no Jornalismo estão nas revistas voltadas para o público feminino, como discutimos na seção anterior. A audiência mais jovem consome esse tipo de conteúdo em revistas

adolescentes: “Revistas *teen* dedicam em média 2,5 páginas por edição a temas sexuais, mas o foco principal parece estar em decidir quando perder a virgindade” (BROWN, STRASBURGER, 2007; WALSH-CHILDERS, 1997). Como combater a desinformação ou a informação superficial sobre sexualidade veiculada pela imprensa e mídia comercial? A resposta parece ser com educação midiática:

“A mídia é uma importante educadora sexual hoje e continuará sendo no futuro. Portanto, os esforços para incentivar a mídia a apresentar uma visão mais saudável de sexualidade e criar, promover e tornar acessíveis fontes de informação sexual mais saudáveis devem continuar. Mais importante, as crianças devem estar armadas com as ferramentas navegacionais e analíticas necessárias para manterem vidas sexualmente saudáveis - apesar do que a maioria da mídia ensina” (BROWN, KELLER, 2000, p. 256).

Existem países, como Canadá e Austrália, em que a *media literacy* compõe o currículo escolar em todos os níveis de ensino. Orientar as crianças desde cedo sobre as dinâmicas da construção de notícias e peças culturais de entretenimento, segundo Brown e Keller (2000), pode ser tão eficaz para a educação sexual quanto pressionar os meios de comunicação a atuarem de maneira mais responsável na sociedade.

4 A ABORDAGEM SOBRE SEXUALIDADE DO PODCAST MAMILOS

O *podcast* é um programa de áudio feito sob demanda e disponibilizado on-line para *download* ou *streaming*. Conforme nos explica Paludo e Roseira (2011), o termo tem origem na junção de *iPod*, *Personal on Demand*, o tocador de arquivos em áudio da Apple, e *broadcast*, transmissão de televisão ou rádio. O sistema de *podcasting*, como o entendemos hoje, foi desenvolvido por Adam Curry no ano de 2004, seguindo a historiografia de Mack e Ratcliffe (2007). O primeiro *podcast* brasileiro surgiu no mesmo ano da criação do conceito. Em 20 de outubro de 2004, Danilo Medeiros lançou o *Digital Minds*, *podcast* vinculado ao seu site homônimo. Embora promissora, a mídia sofreu um baque no ano de 2005, quando diversos *podcasts* no Brasil e no mundo foram finalizados por razões distintas. Esse foi o chamado *podfade*. Em 2006, de acordo com Luiz e Assis (2010), houve uma retomada no crescimento da mídia no Brasil, com a consagração de *podcasts* como o *Nerdcast*, o *Rapaduracast* e o *Monacast* (os dois primeiros em atividade até hoje).

No âmbito do Jornalismo, podemos citar o *Presidente da Semana*, lançado em abril de 2018 pelo jornal *Folha de São Paulo*, como um dos *podcasts* precursores no meio da imprensa tradicional. Apresentado pelo jornalista Rodrigo Vizeu, o programa contava semanalmente a cada episódio a história de um presidente brasileiro, desde Deodoro da Fonseca até Jair Bolsonaro. São outros relevantes títulos da vertente jornalística de *podcasts* brasileiros O *Foro de Teresina*, da *Revista Piauí*, inicialmente dedicado a cobrir as eleições de 2018; o *Café da Manhã*, parceria da *Folha* com o *Spotify*; o *Durma com Essa*, do jornal *Nexo*; e o *Estadão Notícias*, do jornal *Estado de São Paulo*. Em 2019, o Grupo Globo também passou a investir em *podcasts*: O *Assunto*, apresentado pela jornalista Renata Lo Prete; *GloboNews Internacional*, com Marcelo Lins; e *Bem Estar*, com a temática de saúde e qualidade de vida.

Entre as produções jornalísticas independentes, o *podcast Projeto Humanos* (2015) é um destaque. Descrito como um “*podcast storytelling* dedicado a contar histórias reais de pessoas reais”, o programa do apresentador e idealizador Ivan Mizanzuk – também autor do *podcast Anticast* (2011) – conta uma narrativa baseada em fatos por temporada, inspirado no pioneiro *podcast* de *storytelling* americano *Serial*. Também há o *Xadrez Verbal* (2015), uma revista em áudio semana sobre notícias e temas relevantes da política internacional.

4.1 O PODCAST

Em 14 de novembro de 2014, Juliana Wallauer e Cris Bartis lançavam o primeiro episódio do que viria a se tornar um dos *podcast* mais ouvidos no Brasil. Embora trataremos as abordagens jornalísticas e o formato do programa no próximo subcapítulo, é importante introduzir o que o Mamilos se propõe a ser para bem estabelecer sua relevância. Produção do grupo B9, “O Mamilos é o seu espaço semanal de debate de temas polêmicos com empatia, respeito, tolerância e bom humor” é a abertura lida por uma das duas anfitriãs em alguns programas.

Nascida na cidade de São Paulo e criada na capital gaúcha, Juliana Wallauer é formada em Administração com ênfase em Marketing pela UFRGS e casada com Carlos Merigo, o fundador do Grupo B9 (uma das maiores produtoras de *podcast* no País). Já a mineira de Belo Horizonte Cris Bartis já é residente de São Paulo há 12 anos, para onde se mudou a fim de consolidar sua carreira na área de criação publicitária. De acordo com Araújo (2016), atualmente o projeto em áudio tem por volta de 1h20 de duração, um total de 7.8 milhões de plays e, em média, 120 mil ouvintes por programa. O Mamilos aparece constantemente no topo do *ranking* de programas brasileiros do iTunes, além de ter figurado a lista da Apple de melhores *podcasts* de 2018. Segundo Passarelli (2018), esse é o único *podcast* feito por mulheres a figurar nas listas dos mais conhecidos do Brasil. O *podcast* tem mais de 127 mil seguidores e uma média de 4,5 mil *likes* por *post* no Instagram. No Facebook são 47 mil seguidores. No Twitter, 75,4 mil.

Segundo o *media kit* do podcast, 60% dos ouvintes são mulheres e 40%, homens. À Garonce (2018), em 2018, as criadoras afirmaram que os ouvintes, cerca de 50 mil na época, eram majoritariamente homens, destacando tanto o crescimento do *podcast*, como a mudança demográfica de sua audiência ao longo do tempo.

A faixa de idade predominante do público do Mamilos é de 28-34 anos (35%), seguida por 23-27 anos (34%), 18-22 anos (19%) e 35-44 anos (10%). São Paulo é a cidade que reúne mais “mamileiros”: 48% dos ouvintes são de lá. Entre as outras capitais, o Rio de Janeiro representa 17% da audiência; Belo Horizonte, 11%; Curitiba, 7%; Recife e Porto Alegre, ambas com 5% cada; Fortaleza e Brasília, 4% cada.

O Mamilos enquadra seus ouvintes no perfil de “trendsetters, críticos, ávidos por informação, engajados, estudiosos e influenciadores do seu meio (amigos, família e trabalho)” (MEDIA KIT MAMILOS, [2020]). De acordo com o *media kit*, esses

ouvintes têm como temas de interesse política, notícias, cultura, comportamento e saúde. O *podcast* já contou com convidados como Luiza Helena Trajano, Eduardo Jorge, Renata Lo Prete, Reinaldo Azevedo, Leandro Demori e João Paulo Charleaux.

O Mamilos elege o patrocínio de pelo menos um mês como o melhor formato de publicidade por permitir que marcas e audiência estabeleçam “uma relação através de mensagens consistentes e coerentes com a proposta do programa” (MEDIA KIT MAMILOS, [2020]). O anunciante tem direito a um testemunhal de até 1 minuto na voz das apresentadoras a cada programa. O Mamilos cobra R\$33 mil por patrocínio de um mês; R\$86 mil por três meses; e R\$144 mil por uma temporada, equivalente a seis meses.

Entre as outras fontes de financiamento do programa, estão a promoção de palestras e a participação em eventos, que rendem, respectivamente, R\$7 mil + despesas de deslocamento por palestra e R\$5 mil + despesas de deslocamento por evento. O *podcast* já firmou parceria com marcas como Tim, GLOBOSAT, Natura, Facebook, Bradesco e Google. O Mamilos mantém um canal de *crowdfunding* aberto no Catarse, em que recebe mais de R\$15 mil por mês em assinaturas. Contribuições mensais acima de R\$9,90 liberam acesso à *newsletter* semanal do programa.

4.2 O PERFIL

“Mamilos são polêmicos”, já diria o famoso vídeo meme da cultura digital (RICKERNATION, 2011). Com nome inspirado no meme, o *podcast* Mamilos nasceu de uma tentativa de a dupla Ju Wallauer e Cris Bartis gerar discussões saudáveis, empáticos e ponderados sobre assuntos polêmicos e inflamatórios.

O Mamilos surgiu no contexto das eleições presidenciais de 2014, em um Brasil polarizado pelas candidaturas de Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). Mas, em vez de alimentar o debate acalorado, as *podcasters* se propuseram a fazer um jornalismo acolhedor e “compassivo”: jornalismo de peito aberto, como coloca Garonce (2018).

A palavra que distingue o Mamilos de outros programas é empatia. Elas, com muita sabedoria e cuidado, conseguem colocar na mesma mesa pessoas com opiniões distintas e não tornar isso uma guerra. Há respeito, informação e conhecimento. Há o significado mais nobre da discussão (ARAÚJO, [2016]).

Os temas do *podcast* são tudo aquilo que está em voga nas redes sociais: desde violência doméstica e aborto até política e reformas econômicas. O segredo

para terem um público receptivo a assuntos tão controversos é que, além da sua abordagem empática, o formato em áudio ajuda: "Existem estudos sobre a relação parassocial por meio da voz, que é livre de preconceitos de imagem", afirma Cris Bartis em reportagem do G1 (GARONCE, [2018]).

No entanto, o processo de criação e gravação dos primeiros episódios não foi do agrado das próprias autoras. Elas fizeram três programas por Skype que nunca foram ao ar. Até que decidiram lançar o Mamilos #1: sobre bundas, traições, Complexo de Deus e cometas. Mas mesmo com o preparo: "A gente odiou fortemente os primeiros 10 programas", contou Juliana em entrevista à Vice (ARAÚJO, [2016]).

Por se tratar de duas mulheres produzindo *podcast* na Internet, o que não era comum na época, elas pensaram que seriam discriminadas. Mas essa não foi a percepção das duas, pois foram bem recebidas pela comunidade on-line: "As pessoas estavam mais sedentas pelo lugar de conversa do que por quem estava propondo isso", revela Cris ao G1 (GARONCE, [2018]). Um equívoco comum no cotidiano das criadoras era as pessoas associarem sua produção exclusivamente com o tema do feminismo. Embora ambas se declarem feministas, essa não é a temática central do *podcast*. "O diferencial do Mamilos não é porque ele é feito por duas mulheres e duas mulheres feministas. O diferencial do Mamilos é a abordagem que ele dá *pra* temas polêmicos" (ARAÚJO, [2016]).

O chamado *mesacast* era o formato mais difundido na *podosfera* brasileira em meados de 2014, quando surgiu o Mamilos. Ligado à cultura de rádio, explica Passarelli (2018), o formato consiste em um programa em que um elenco fixo com participação de convidados debate um tema em específico. No Brasil, esse modelo se traduz em um *podcast* que lembra uma conversa entre amigos, remetendo a uma discussão de mesa de bar. Para Passarelli (2018), seriam conversas com opiniões superficiais, referências à Internet e pessoas concordando quase todo o tempo.

Em contraste a esse formato, outro diferencial do Mamilos está na apuração jornalística da pré-produção:

Parte do sucesso do Mamilos se deve a fugir desse esquema, apostando numa pesquisa profunda (não raro o roteiro do programa tem mais de 40 páginas) e em dados que uma equipe de pauta coletiva reúne de reportagens, livros, entrevistas e estudos (PASSARELLI, [2018]).

O Mamilos passou grande parte de sua trajetória cobrindo assuntos múltiplos em um único episódio. Hoje, o *podcast* se debruça sobre apenas um tema principal, a

chamada “Teta”. O episódio #22 *Alter do Chão: Paraíso em Disputa*, uma exceção no catálogo do *podcast*, foi produzido no formato de documentário, inclusive rendendo uma menção honrosa ao Mamilos na categoria Documentários em Podcasts no 23º Prêmio Webby. O programa foi lançado em 9 de dezembro de 2019 e narra a visita das anfitriãs ao interior do estado do Pará.

4.3 METODOLOGIA

Este trabalho tem o objetivo de analisar como o *podcast* Mamilos aborda temas relacionados à sexualidade, sexo e gênero. A análise será feita a partir da metodologia de pesquisa de estudo de caso. Segundo Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa abrangente. Sua abordagem do objeto a ser analisado carrega uma lógica de planejamento que incorpora abordagens específicas à coleta e à análise de dados. O autor aponta que pesquisas realizadas com base nas técnicas de estudo de caso geralmente apresentam questionamentos do tipo “como” e “por que”, como é o caso do presente trabalho. Por meio da análise de alguns aspectos do *podcast* Mamilos, pretendemos traçar o conjunto de decisões editoriais jornalísticas que estão por trás dos episódios sobre sexualidade, sexo e gênero. A proposição da pesquisa está de acordo com as ideias de Schramm (1971) sobre estudos de caso:

a essência de um estudo de caso, a tendência central entre todos os tipos de estudos de caso, é a tentativa de iluminar uma decisão ou um conjunto de decisões: por que elas foram tomadas, como foram implementadas, e quais os resultados (SCHRAMM, 1971, p. 6, tradução nossa).

O estudo de caso do Mamilos e de suas abordagens será fundamentado na análise de três episódios do *podcast*: #130 - *AIDS, nova geração* (2017), #151: *Todas as Letras do Arco-Íris - Parte 1* (2018), #152 - *Sexoterapia* (2018). A seleção dos episódios foi feita por meio de uma avaliação dos programas relacionados à sexualidade, sexo e gênero no catálogo do Mamilos, que contém mais de 250 títulos. O episódio #130 sobre o surto da Aids tem uma proposta vinculada ao Jornalismo de Saúde Científico, trazendo uma potencial abordagem jornalística diversa à seleção do estudo. O programa #151 foi escolhido como representante do episódio duplo sobre a sigla e o movimento LGBTQI+. O episódio se propõe a destrinchar os significados de algumas das letras da nomenclatura, sendo a primeira parte a contextualização da discussão. Foi escolhida apenas uma parte por se tratar de programas com as mesmas fontes e com formatos similares. Por fim, #152 - *Sexoterapia* trata-se do episódio mais

ouvido do *podcast* no ano de seu lançamento. Segundo as criadoras, tamanha é a relevância do programa que ele é revisitado até hoje pelos ouvintes.

Analisaremos os episódios a partir de algumas perspectivas pré-definidas. A categorização dos dados coletados é prevista na metodologia de estudo de caso. A análise de dados no estudo de caso consiste em “examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombina as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo” (YIN, 2001, p. 109). Conforme o autor, cabe a cada pesquisador desenvolver uma estratégia analítica em seu trabalho e estabelecer prioridades do que deve ser analisado, e por quê. A seguir as categorias de análise desta pesquisa:

Quadro 1 - Categorias de análise

| ASPECTOS | COMO |
|--------------------------------|-----------------|
| Fontes | Quantas e quais |
| Análise / opinião / informação | Quantas e quais |
| Pautas e subpautas | Quantas e quais |

Fonte: a autora (2020).

A categoria de fontes engloba o universo das fontes presentes no estúdio (especialistas e pessoas relevantes para a pauta), fontes sonoras não presentes no momento da gravação (inserções de depoimentos) e as fontes de consulta (autores, estudos, livros, sites e órgãos referenciados pelos participantes). A segunda categoria trata-se do tipo de discurso emitido pelos participantes, podendo ser uma opinião (impressão, relato pessoal ou julgamento de um participante), uma informação (explicação de fato ou fenômeno científico, histórico ou social) ou uma análise (interpretação ou construção argumentativa embasada em fatos). A categoria prevê falas com componentes híbridos de análise e opinião e análise e informação. Escolhemos essa abordagem pois entendemos que generalizar uma fala com duas características teria efeitos determinantes nos resultados da análise. A terceira e última categoria é a discriminação dos assuntos abordados no episódio e seus desdobramentos em subtópicos.

4.4 ANÁLISE DO EPISÓDIO #130 - AIDS, NOVA GERAÇÃO

O episódio #130 do Mamilos se propõe a discutir o recente surto da Aids no Brasil e o aumento do número de infectados por HPV. O *podcast* inicia com uma breve

apresentação das *hostesses*: elas falam seus nomes e a proposta do *podcast*. Em seguida, passam para um momento institucional em que convidam os ouvintes a assinarem o programa. Apoiadores que contribuírem com pelo menos R\$9,90 mensais recebem um newsletter exclusiva do Mamilos.

Após, as apresentadoras anunciam um “recadinho da paróquia” (recado aos ouvintes), em que convidam seus assinantes para uma festa de fim de ano da família B9 de *podcasts*. O programa se direciona para o quadro Fala que te escuto, que consiste na leitura dos comentários dos ouvintes sobre o episódio anterior.

Na sequência, as *podcasters* apresentam a Teta, termo que dá título à seção do programa em que acontece a discussão da pauta. Na Teta, é feita uma contextualização da pauta, com um gancho e dados referentes ao aumento do número de pessoas infectadas com HIV e HPV. Os convidados em estúdio se apresentam ou são apresentados e, assim, os participantes prosseguem para a discussão. Ao longo da Teta, as anfitriãs inserem o depoimento de um ouvinte anônimo que fornece a sua perspectiva sobre ser soropositivo.

No final de cada programa, após a finalização da discussão principal, desenrola-se o quadro chamado Farol Aceso, em que os convidados e apresentadoras compartilham dicas culturais relacionadas ao assunto do programa.

4.4.1 Fontes

Um total de 19 fontes foram citadas ao longo do programa. Os três convidados presentes no estúdio foram apresentados no início do programa, sendo eles a sexóloga Ana Canosa, o diretor de redação da *Capricho*, Thiago Theodoro, e a especialista em Infectologia Pediátrica pelo Instituto da Criança da Faculdade de Medicina da USP, Thaluama Cardin. As apresentadoras fornecem uma descrição mais robusta do currículo de Thaluama do que dos demais participantes. Mencionam que a médica atua na equipe de Infectopediatria do Hospital Sírio-Libanês e na Clínica Pediatrês. Além dos participantes no estúdio, o episódio conta com a inserção sonora de um ouvinte cuja identidade permanece anônima. Ele mandou um e-mail para o Mamilos há dois anos quando descobriu ser soropositivo, e o programa entrou em contato novamente para que ele desse seu depoimento neste episódio.

As demais fontes do programa são fontes de consulta citadas – mas não necessariamente identificadas – pelos participantes. As apresentadoras abrem o

programa com uma série de dados cujas fontes não foram citadas. Essa situação repete-se ao longo de todo o programa: incontáveis vezes os participantes dão informações e estatísticas sem fonte. Apenas quatro vezes as pessoas mencionam informações como provenientes de estudos, mas não sem referir alguma instituição ou órgão promotor do trabalho. Excepcionalmente, dois estudos, um sobre o HPV e outro sobre o comportamento sexual na Geração Z, são citados com fontes: Hospital Moinhos de Vento e revista *Capricho*, respectivamente.

O jornalista Thiago Theodoro lista quatro leis ou ações governamentais propostas pelos governos da Alemanha, Noruega, Reino Unido e Japão. No caso do Japão, ele indica que a ação em parceria com o criador da série de mangá *Sailor Moon* foi promovida pelo Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar japonês. Juliana Wallauer menciona a ativista Rebeca Lerer quando discute a forma com que os pais abordam o assunto das drogas com seus filhos.

Por fim, a sexóloga Ana Canosa fala de três documentos oficiais brasileiros. O primeiro, o Plano Nacional de Educação, não prevê discussões de gênero e sexualidade nas escolas. Os outros dois estatutos de que o Brasil é signatário, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude, defendem o direito de crianças e adolescente de receberem orientação sexual e de gênero nas instituições de ensino.

Quadro 2 - Lista de fontes na ordem em que foram citadas no programa

| |
|---|
| Hospital Moinhos de Vento |
| Ana Canosa, sexóloga |
| Thiago Theodoro, diretor de redação da <i>Capricho</i> e gay |
| Thaluama Cardin, especialista em Infectologia Pediátrica pelo Instituto da Criança da Faculdade de Medicina da USP, atua na equipe de Infectopediatria do Hospital Sírio-Libanês e na Clínica Pediatrês |
| Ouvinte anônimo |
| Estudo não identificado |
| Estudo não identificado |
| Estudo não identificado |
| Lei na Alemanha que torna educação sexual nas escolas obrigatória |
| Medida de 2016 do Reino Unido |
| Ação do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão |
| Rebeca Lerer |
| Estudo Bial da <i>Capricho</i> com adolescente |
| E-mail do ouvinte anônimo |
| Estudo de 2017 sobre HPV não identificado |
| Plano Nacional de Educação |
| ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente |
| Estatuto da Juventude |

Fonte: a autora (2020).

4.4.2 Análise, opinião e informação

A análise das falas emitidas pelos participantes ao longo do episódio identificou discursos com caráter (33) informativo, (33) opinativo, (26) analítico e híbridos de (16) análise e opinião e de (1) análise e informação. O episódio é equilibrado na proporção de informações e opiniões expostas. Nota-se, por exemplo, que a presença da infectologista Thaluama Cardin na mesa de discussão foi uma tentativa de fortalecer a faceta informativa do programa. A médica desempenha um papel quase de educadora científica no decorrer da conversa, enquanto os demais participantes alternam entre análises e opiniões.

A fala que apresenta uma mescla proporcional de elementos de (1) análise e informação encontra-se logo na introdução. Trata-se da leitura inicial do programa em que as apresentadoras contextualizam a pauta. Ainda nesse primeiro momento, elas também apresentam o (opinião, 1) posicionamento do Mamilos na abordagem de suas pautas: “Acreditamos no valor da conversa e do debate para trazer luz e consciência e nos ajudar a encontrar soluções”. Na apresentação dos convidados em estúdio, Thiago Theodoro (2) opina que o fato de ele ser gay será relevante no programa.

A pauta começa com uma densa (informação, 1) explicação técnica da médica Thaluama sobre como o vírus HIV se manifesta no organismo das pessoas e do funcionamento dos testes rápidos de farmácia. Juliana Wallauer intervém na fala da infectologista para (3) opinar sobre o tabu de se realizar testes de ISTs. Os

participantes (1) analisam a conquista de se existir testes rápidos e acessíveis. Thaluama (2) informa os procedimentos do teste e Cris adiciona a (3) informação de que ele pode ser encontrado em várias redes de farmácia. Este trecho do programa sobre os testes rápidos evidentemente funciona como um serviço para os ouvintes.

Na sequência, Juliana (4) informa a diferença entre HIV e Aids. Thaluama, então, (informação, 5) explica as fases (sintomáticas e assintomáticas) e os sintomas da doença. Juliana (4) opina sobre a importância de diferenciar HIV de Aids. A anfitriã mais uma vez (informação, 6) enfatiza a diferença entre a transmissão do HIV e a infecção da Aids. Por fim, ela (5) opina sobre a importância de entendermos essa diferença e dá (7) informações sobre as populações específicas em que a Aids está aumentando.

Thaluama (informação, 8) explica quais são as drogas utilizadas hoje no tratamento do HIV e como é sua atuação no organismo. Cris Bartis (informação, 9) fala da diferença entre uma pessoa que se descobre soropositiva precocemente e uma pessoa que desenvolve Aids. A médica (informação, 10) discorre sobre a dificuldade do tratamento das pessoas que descobrem tardiamente. Os participantes, então, (11) informam da importância de detectar cedo a doença.

Juliana transmite uma série (12) de informações sobre a diminuição das mortes por Aids e as campanhas para reduzir o estigma de pessoas infectadas. A apresentadora (6) opina sobre a banalização do HIV. Cris Bartis valida o posicionamento de Juliana com uma adição e (13) informa que a expectativa de vida das pessoas infectadas quase acompanha a da população brasileira.

Em seguida, Cris Bartis pergunta para a médica sobre estudos do tratamento de HIV com pessoas mais jovens e (7) opina sobre a mudança da faixa etária dos estudos. Thaluama, então, (informação, 14) fala da transmissão vertical (de mãe para o bebê) e dos riscos de transmissão. Quando questionada, a infectologista (informação, 15) discorre sobre a mudança do termo “grupo de risco” para “população-chave” e fornece dados da prevalência da infecção entre as populações-chave (gays, homens que fazem sexo com outros homens, profissionais que trabalham com sexo, usuários de droga). A médica contribui com a sua (2) análise do porquê de ainda fazer sentido falarmos de uma população-chave.

Juliana e Thaluama (informação, 16) falam do perfil da população em que a incidência de HIV mais tem aumentado nos últimos anos. Wallauer (informação, 17) explica quais foram os grupos de maior incidência ao longo do tempo e (8) opina sobre

sua fala. Thaluama (18) informa que esse aumento entre jovens foi inesperado para área de saúde e define o conceito de casais sorodiscordantes. A infectologista pediatra (informação, 19) versa sobre os ônus físicos de se viver com HIV. Ela (20) informa que fabricantes de medicações da doença estão em processo de alterar substâncias nos remédios.

É anunciada, então, a inserção sonora dos depoimentos de um ouvinte anônimo que faz uma (1) análise opinativa com as suas impressões sobre como é viver com HIV e como a sociedade percebe pessoas soropositivas. Após a fala do ouvinte, Thaluama (9) opina sobre seu depoimento e a falta de informação das pessoas. Usando como gancho referências que o ouvinte fez a medicações para o tratamento de HIV, a médica (informação, 21, 22) explica da relação de PrEP e Truvada e da prevenção por PEP. Cris Bartis e Thaluama Cardin (23, informação) falam da qualidade de vida dos pacientes soropositivos.

É perceptível a mudança de tom no episódio a partir de uma pergunta direcionada para Ana Canosa e Thiago Theodoro. Até o momento, as falas alternadas das apresentadoras e da infectologista Thaluama Cardin indicavam um programa de caráter educacional com elementos de divulgação científica. Com um questionamento voltado à sexóloga e ao jornalista, a discussão passa a abordar comportamentos sexuais de risco e os desafios da educação sexual com jovens.

Ana Canosa apresenta sua (3) análise sobre os estigmas de se ter HIV e os rótulos e julgamentos que são dados aos infectados. Em seguida, (24) informa dados sobre o uso de preservativo entre adultos. A sexóloga (10) opina que o Brasil lida com sexo de maneira imatura. Thaluama complementa com a sua (11) opinião mencionando que o discurso da educação sexual não condiz com a linguagem do jovem.

Thiago introduz sua fala com um (opinião, 12) posicionamento sobre o Brasil ainda estar na “Idade da Pedra” e põe-se a (25) informar sobre leis e ações de incentivo à educação sexual nas escolas em outros países (Alemanha, Noruega, Reino Unido, Japão). O diretor de redação da revista *Capricho* (13) opina que educação sexual é mais do que falar de “óvulo e espermatozóide”. A partir das informações que expôs, o jornalista apresenta uma (2) análise com elementos opinativos sobre o debate de sexo no mundo ocidental e o atraso do Brasil.

Juliana Walla traça uma (4) análise, com base na história de vida de sua mãe, em que conclui que não é a falta de informação que leva as pessoas a praticarem

comportamento de risco. Ana Canosa, então, (análise, 5) sugere proposições sobre qual o diferencial das mulheres que têm vida sexual ativa desde a adolescência e nunca contraíram doenças ou engravidaram. A sexóloga apresenta uma (3) análise opinativa sobre a abordagem da educação sexual nas escolas em que já palestrou. Ela (14) opina sobre quem deve fazer educação sexual nas escolas. Canosa cita em uma (6) ampla análise uma série de fatores que levam jovens a apresentarem comportamento sexual de risco (pressão social, culpa, onipotência juvenil).

Juliana contribui com sua (4) análise opinativa sobre as diferentes relações que as pessoas têm com sexo, concluindo que a abordagem da educação sexual não pode ser a mesma com todo mundo. Também em uma (5) análise opinativa, Ana Canosa propõe uma provocação: “Por que os jovens não deveriam transar?”. Wallauer (15) opina sobre o que considera sexo e por que não acha que uma criança deveria praticá-lo.

A sexóloga revela (26) informações sobre disfunção sexual e taxa de orgasmo entre mulheres. Juliana conta sua (opinião, 16) história com um parceiro passado. Ilustrando sua (17) opinião com o relato de uma conversa que teve com seu filho de oito anos, Ana Canosa fala da importância de falar de afeto com as crianças desde pequenas. Cris Bartis conta de uma conversa que teve com sua filha de sete anos sobre sexo e (18) opina sobre educação sexual entre pais e filhos.

A conversa transita para o assunto das inseguranças na hora de colocar camisinha no ato sexual. Os participantes (19) opinam. Em seguida, Thiago Theodoro (7) analisa a importância de ouvir o jovem. Já Thaluama (8) analisa contato precoce com o sexo por conta da mídia. O jornalista, então, complementa com sua (9) análise sobre os desafios de uma educação sexual pensada para pessoas que têm contato prévio com sexo na mídia e na pornografia. Juliana Wallauer e Thaluama Cardin contribuem com suas (10) análises da educação sexual por vias da pornografia.

Cris Bartis retoma a conversa que teve com a filha e (6) analisa de forma opinativa a heteronormatividade por trás da ideia de sexo. Ana Canosa discorre também em uma (7) análise opinativa o papel dos pais em informar os filhos, mas sem incentivar o ato sexual. Thiago (20) opina que os brasileiros não estão preparados para terem essa conversa e impor limites aos filhos. A sexóloga (análise, 11) aponta que cada criança tem interesse em descobrir sobre sexo de acordo com o seu desenvolvimento.

A partir da sua experiência como médica, Thaluama (12) analisa a desinformação sobre HIV (preconceitos, ideias retrógradadas) e a falta de informação. Juliana adiciona com uma (13) análise sobre como o comportamento de risco está relacionada à baixa autoestima e à imaturidade. Thaluama (27) informa que aumentou a quantidade de pessoas com sífilis. Thiago (21) opina que os adolescentes quando em desenvolvimento vão querer usar seu corpo, descobrir prazer com seu corpo. Ana Canosa emite sua (22) opinião de que educação sexual deve considerar o desejo do adolescente. Juliana Wallauer (análise opinativa, 8) discorre sobre a importância de abordar sexo de forma a empoderar meninas. E emenda outra (9) análise opinativa com base no que aprendeu com seu pai sobre as meninas estarem abertas à possibilidade de transar.

Cris Bartis e Ana Canosa (24) opinam sobre como a educação sexual dos pais com os filhos é uma construção. Thiago (14) analisa, com base nos comentários dos artigos da *Capricho*, sobre como os adultos se incomodam em falar de sexo. Ana Canosa adiciona com (10) análise opinativa de que a abordagem dos pais em relação ao comportamento sexual dos filhos deve ser mais sensível e abrangente. Ana (análise, 15) aponta inconsistências na fala dos pais que julgam o comportamento dos filhos. Cris (análise opinativa, 11) menciona, a partir da sua experiência, a dificuldade dos pais de naturalizar a conversa de sexo com os filhos. Ana contribui com outra (12) análise opinativa, com base em seu relato acerca da necessidade de os pais terem conversas reflexivas sobre sexo com seus filhos de modo a desconstruírem preconceitos. Esta pauta do programa finaliza com um (análise, 16) paralelo feito pelas apresentadoras entre a forma que os pais abordam drogas com os filhos e a forma que abordam sexo.

Juliana Wallauer introduz a próxima pauta com uma (17) análise do impacto dos aplicativos de encontro (Tinder, Grindr) na nova epidemia de Aids. Thaluama (25) opina sobre a perda do conceito de intimidade. Thiago (análise opinativa, 12) vê os aplicativos como facilitadores dos encontros sexuais que provocam uma mecanização do sexo. Já Juliana em sua (13) análise opinativa acha que não podemos demonizar os aplicativos e que ainda não aprendemos a lidar direito com ela como sociedade. A anfitriã do *podcast* apresenta a (18) análise de uma amiga que sobre os aplicativos funcionarem como um catálogo de pessoas. Cris Bartis revela (opinião, 26) acreditar que o *app* contribui para um aumento do comportamento sexual de risco. Em

contraponto, Thiago (28) informa pesquisa sobre comportamento sexual da Geração Z, mas Juliana (análise, 19) problematiza a ideia de homogeneidade da Geração Z.

Retornando ao assunto da HIV, Cris (20) analisa a culpabilização imposta pela sociedade sobre pessoas que se contaminam com HIV. Ela (27) opina sobre não podermos estereotipar essas pessoas como irresponsáveis. Juliana (21) analisa a contradição no discurso das pessoas que julgam. Ana Canosa faz uma (22) análise da mentalidade de que usar camisinha é uma inconveniência. Todos os participantes (28) opinam sobre a importância de fazer testes e não sentir vergonha caso se exponham a risco.

O programa chega à sua última pauta por meio de uma (23) análise do estigma das campanhas de vacinação de HPV. Ana Canosa (análise, 24) fala da inconsistência do discurso de quem é contra a vacina de HPV em crianças. Thaluama fornece uma série de (29) informações do ponto de vista médico sobre HPV (característica dos vírus, sintomas, prevenção, vacinação). Ana Canosa (30) informa sobre os marcadores biológicos levados em conta para estabelecer a idade do grupo a ser vacinado. A sexóloga (análise, 25) questiona o porquê de as pessoas se oporem a uma vacina que previne uma doença futura a vacinação de crianças. Juliana expõe sua (29) impressão sobre a barreira psicológica que impede os pais de aceitarem a vacina.

Cris Bartis faz uma (26) análise sobre a importância da dissociação da vacina com o sexo. Bartis (31) informa qual era a expectativa da campanha de vacinação versus os números de transmissão de HPV na população. A apresentadora (30) opina que não podemos continuar associando a vacina ao sexo e ignorando esses números. Thaluama (32) informa o impacto do efeito rebanho da vacinação em uma comunidade. Participantes (31) opinam sobre a gravidade de não se vacinar e não se usar preservativo. Juliana faz uma (14) análise opinativa sobre ironia de uma sociedade cheia de estímulos sexuais ser cada vez mais ignorante. Thiago expõe a sua (15) análise opinativa sobre a nossa sociedade ser moralista e o impacto desse moralismo. Por sua vez, Cris emite sua (16) análise opinativa sobre educação sexual ser responsabilidade de todos.

Ana Canosa (33) informa que diversos documentos de que o Brasil é signatário preveem discussões de gênero e sexualidade nas escolas. Independente dos movimentos contra essas questões, conta a sexóloga, as escolas têm bases para assegurar a orientação sexual caso elas abracem essas iniciativas. Ela (opinião, 32)

acredita que os pais precisam abrir a cabeça para conversar com os filhos sobre sexo. Por fim, Juliana Wallauer complementa com sua (opinião, 33) visão sobre a responsabilidade dos pais na criação dos filhos e na abordagem de sexualidade.

Como observado ao longo da análise, o episódio apresenta uma mudança de tom no seu decorrer. Em um primeiro momento do programa, quando as explicações da médica Thaluama Cardin são predominantes, o *podcast* flerta com o gênero educacional e informativo. A partir da participação efetiva da sexóloga Ana Canosa e do jornalista Thiago Theodoro, o episódio equipara a quantidade de informações e opiniões emitidas. O número considerável de análises com elementos opinativos pende ainda mais as discussões para o gênero do Jornalismo Opinativo. O saldo final é o de um *podcast* que equilibra informação, opinião e análise de forma a manifestar-se como híbrido de gêneros jornalísticos.

4.4.3 Pautas e subpautas

A discussão do episódio #130 do Mamilos é dividido em 12 pautas. Existem diversas sinalizações que indicam a transição de pautas no programa. Geralmente, uma das apresentadoras faz uma pergunta que direciona a conversa para um outro assunto específico. Ou por vezes, um intervalo acentuado de fala entre um participante e outro já sugere que o assunto anterior se encerrou. Neste episódio, é possível perceber que algumas pautas tomam caminhos que fogem da pergunta inicial. Contudo, foi escolhida a autora para respeitar o fluxo de conversa e só pontuar um avanço de pauta quando se apresentasse algum dos elementos citados, pergunta introdutória ou quebra do assunto anterior.

A primeira pauta tem dez subpautas e é introduzida por uma pergunta direcionada à infectologista Thaluama Cardin sobre o aumento do número de pessoas com HIV. A médica respondeu à pergunta abordando como o vírus se manifesta no organismo e os testes rápidos de farmácia. Ao longo desta pauta, os participantes ainda falam da diferença entre HIV e Aids, dos tratamentos e medicamentos de HIV e das campanhas de redução do estigma das pessoas soropositivas. Diversos dados e estatísticas são citados.

A segunda pauta, dividida em três subpautas, nasce de um questionamento sobre a existência de estudos do tratamento de HIV com pessoas mais jovens. A infectologista fala sobre transmissão vertical (de mãe para o bebê) e do risco de

transmissão de mãe para filho. A pauta se encerra com a subpauta da expectativa de vida para quem adere bem ao tratamento.

A terceira pauta é fragmentada em quatro subpautas. A discussão versa sobre a terminologia “grupo de risco”. Cardin fala sobre a mudança do termo “grupo de risco” para “população-chave”. São apresentados dados sobre a incidência da doença entre jovens e informações sobre a evolução dos grupos de maior incidência do HIV ao longo do tempo. A médica discute a definição de casais sorodiscordantes (um parceiro é e o outro não).

A proposta da quarta pauta é discutir o ônus físico e psicológico de se viver com HIV. No entanto, a médica infectologista Thaluama Cardin acaba tratando apenas do primeiro aspecto da doença. Em quatro subpautas, ela fala dos remédios e efeitos colaterais, dos danos tardios do vírus e de lipodistrofia.

A quinta pauta do programa é o depoimento do ouvinte anônimo portador de HIV. O ouvinte aborda quatro subpautas principais: a sua mudança de visão ao longo do tempo; o estigma da doença; a falta de informação; e a desinformação sobre Aids e a sua sorologia.

Na sexta pauta é respondida parcialmente a questão proposta na quarta pauta: os estigmas do HIV e seu tratamento. Divida em quatro subpautas, a discussão retoma tópicos mencionados no depoimento e os desenvolve. Fala-se sobre a invisibilidade do HIV na mídia, os tratamentos e prevenções (PrEP, Truvada e PEP), qualidade de vida dos pacientes e os estigmas da doença.

Cris Bartis abre a sétima – e mais extensa – pauta direcionando a conversa para a sexóloga Ana Canosa e o jornalista Thiago Theodoro. Ela os questiona sobre o ônus emocional de se viver com a Aids, pretendendo responder integralmente à pergunta introduzida na quarta pauta. A discussão chega ao número de 18 subpautas. O debate começa focado no HIV e acaba se desvirtuando para assuntos como o uso de preservativo, os tabus da educação sexual, leis e ações de incentivo à orientação sexual, comportamento sexual de risco, contato precoce com sexo por causa da Internet e como pais e escolas abordam sexualidade.

A oitava pauta é breve (contém apenas uma subpauta) e é novamente introduzida por uma questão que é parcialmente respondida. Juliana Wallauer propõe a provocação: por que falar de sexo com os jovens se eles têm acesso à Internet? A médica infectologista Thaluama fala do contraste entre a desinformação sobre HIV e a total falta de informação.

Como informar sem tabu? É a pergunta que move a nona pauta do episódio. Dividido em onze subpautas, o debate explora novamente os fatores que levam ao comportamento de risco entre adolescentes, a descoberta do prazer, a relação entre empoderamento e autoestima de meninas com sua percepção do sexo e os desafios dos pais em discutirem sexualidade com os filhos.

A décima pauta do programa diz respeito à relação dos aplicativos de encontro (Tinder, Grindr) com a nova epidemia de Aids. São seis subpautas que caracterizam a discussão sobre mecanização do sexo, comportamento sexual de risco facilitados pelos *apps*, catálogos de pessoas e sexo na Geração Z.

Novamente, o episódio revisita questões de estigmas do HIV na décima primeira pauta, desta vez em quatro subpautas. Os participantes discutem a culpabilização de pessoas soropositivas, a hipocrisia no discurso das pessoas que julgam, o uso e o não uso da camisinha e a importância de fazer testes de ISTs sem sentir vergonha.

A décima segunda e última pauta do programa se debruça sobre as polêmicas por trás da vacina contra HPV em crianças. Dividida em dez subpautas, os participantes falam do estigma da vacinação, da barreira psicológica dos pais em aceitá-la e da importância da vacina. Thaluama explica o que é HPV, e os demais presentes no estúdio voltam a discutir educação sexual nas escolas e a responsabilidade dos pais na criação dos filhos.

Quadro 3 - Pautas e subpautas do Episódio #130

| PAUTA | SUBPAUTA |
|---|--|
| 1. O aumento de número de pessoas com HIV | 1. Como o vírus HIV se manifesta no organismo |
| | 2. Teste rápido de farmácia: falso positivo e falso negativo, janela imunológica, tabu, procedimento, acessibilidade |
| | 3. Diferença entre HIV e Aids |
| | 4. Aids: fases (sintomáticas e assintomáticas) e sintomas |
| | 5. A importância de entender a diferença entre Aids e HIV |
| | 6. Dados sobre as populações específicas em que a Aids está aumentando |
| | 7. Drogas utilizadas hoje e suas atuações no organismo: carga viral indetectável |
| | 8. A diferença entre uma pessoa que se descobre soropositiva precocemente e pessoas que desenvolvem Aids: danos irreparáveis, importância de detectar cedo |
| | 9. Tratamento com as pessoas que descobrem tardiamente |
| | 10. Campanhas para reduzir o estigma de pessoas infectadas e a banalização da doença |

| | |
|--|---|
| 2. Estudos sobre tratamento de HIV com pessoas mais jovens | <ol style="list-style-type: none"> 1. Transmissão vertical (de mãe para o bebê) e o risco de transmissão 2. Tratamento com crianças desde os primeiros meses 3. Expectativa de vida para quem adere bem ao tratamento |
| 3. Ainda faz sentido falar em grupo de risco? | <ol style="list-style-type: none"> 1. Mudança do termo “grupo de risco” para “população-chave” e prevalência da infecção entre as populações-chave (gays, homens que fazem sexo com outros homens, profissionais que trabalham com sexo, usuários de droga) 2. Dados sobre a incidência da doença entre jovens 3. Evolução dos grupos de maior incidência ao longo do tempo 4. Aumento inesperado para a área da saúde e definição de casais sorodiscordantes (um parceiro é e o outro não) |
| 4. Ônus físico e psicológico de se viver com a doença | <ol style="list-style-type: none"> 1. Expectativa de vida de pessoas com boa adesão ao tratamento: vírus mutante, retrovirais, vírus indetectável 2. Remédios e efeitos colaterais 3. Danos tardios do vírus 4. Lipodistrofia |
| 5. Depoimento de ouvinte anônimo soropositivo | <ol style="list-style-type: none"> 1. Mudança de visão: contar para a família 2. Estigma da doença ainda entre as pessoas 3. Falta de informação e a desinformação sobre Aids 4. Sorologia |
| 6. O tratamento e os estigmas do HIV | <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de informação das pessoas: Aids devia ser mais veiculada na mídia 2. PrEP, Truvada e PEP: Brasil pioneiro em tratamentos, acompanhamento no SUS, prevenção 3. Qualidade de vida dos pacientes 4. Estigmas de se ter HIV |
| 7. Ônus emocional de se viver com a Aids | <ol style="list-style-type: none"> 1. Rótulos e julgamentos direcionados aos infectados baseados nas referências culturais na mídia: promiscuidade, hipocrisia, responsabilização, culpa 2. Uso de preservativo: adultos não usam camisinha em relações casuais e em namoro 3. Pessoas lidam com sexo de maneira imatura no Brasil: tabus, educação sexual nas escolas problematizadas, movimentos políticos 4. Ações/leis de incentivo à educação sexual nas escolas em outros países (Alemanha, Noruega, Reino Unido, Japão) e protestos nesses países |
| | <ol style="list-style-type: none"> 5. Não é a falta de informação que leva as pessoas a praticarem comportamento de risco: o que leva uma pessoa a ter comportamento responsável? 6. Como as escolas abordam educação sexual e como deveriam abordar 7. Fatores que levam jovens a apresentarem comportamento sexual de risco: falta de informação, mito do amor romântico, pressão social, culpa, onipotência juvenil, fatores biológicos, vergonha 8. Aceitar que os jovens vão transar: por que jovens não deveriam transar? (imaturidade, insegurança) 9. Mulheres não gozam no Brasil 10. O que é sexo e por que falar sobre sexo com crianças: conversa da Ana Canosa com o filho, naturalização do assunto 11. Dificuldade dos pais de abordarem sexo e responder a demanda dos filhos: conversa da Cris Bartis com a filha 12. Insegurança dos jovens de colocar uma camisinha no ato: intimidade, consentimento, “cortar o clima” 13. Importância de se ouvir o jovem a fim de direcionar a linguagem da conversa e da campanha para algo que faça sentido para ele 14. Contato precoce com o sexo por conta da Internet e da mídia hoje em dia: pornografia e educação sexual 15. Heteronormatividade da ideia de sexo |

| | |
|---|--|
| | 16. Informar sobre sexo, sem incentivar a criança a fazê-lo |
| | 17. Cada criança tem seu tempo para descobrir e se interessar por sexo |
| | 18. Tabu dos pais e das escolas dificultam o desenvolvimento de uma consciência sexual |
| 8. Por que falar de sexo com os jovens se eles têm acesso à internet? | 1. Contraste entre a desinformação sobre HIV (preconceitos, ideias retrógradas) e a total falta de informação: banalização do HIV |
| 9. Como informar sem tabus | 1. Comportamento de risco em adolescentes: baixa autoestima, noção de finitude do corpo, imaturidade |
| | 2. Adolescentes têm interesse em descobrir prazer com seu corpo: educação sexual deve considerar o desejo e a onipotência do adolescente |
| | 3. A importância de abordar o assunto de forma a empoderar meninas a tomarem decisões responsáveis e conscientes: dificuldades de desenvolver campanhas, meninas precisam estar preparadas (história da Juliana com seu pai) |
| | 4. Educação sexual dos pais com os filhos deve começar na infância, é uma construção: pais não podem “agendar” a conversa |
| | 5. Incômodo dos adultos com pautas de sexo em artigos da <i>Capricho</i> |
| | 6. Abordagem dos pais em relação ao comportamento sexual dos filhos deve ser sensível e abrangente: relato da Ana Canosa |
| | 7. Não existe a hora certa para transar: consentimento, intimidade |
| | 8. Inconsistência no julgamento dos pais |
| | 9. Dificuldade dos pais de naturalizar a conversa de sexo com os filhos: os pais têm mais vergonha que os filhos |
| | 10. Pais precisam ter conversas reflexivas sobre sexo com seus filhos: conversa da Ana Canosa com o filho |
| | 11. Paralelo entre forma que os pais abordam drogas e a forma que abordam sexo: hipocrisia |
| 10. Relação dos aplicativos de encontro com a nova epidemia da Aids | 1. Perda do conceito de intimidade |
| | 2. Mecanização do sexo |
| | 3. Aplicativos são uma ferramenta nova que ainda não aprendemos a lidar |
| | 4. Apps são “catálogos de pessoas” |
| | 5. Aplicativos como facilitadores: apps aumentam a quantidade de encontros. Quanto mais sexo ocorre, mais chance de se expor a uma IST. |
| | 6. Sexo na Geração Z: geração Z transa menos, não existe um grupo coeso de pessoas com os mesmos interesses |
| 11. Estigmas da Aids | 1. Culpabilização das pessoas que se contaminam com HIV: responsabilização da pessoa infectada |
| | 2. Hipocrisia no discurso das pessoas que julgam |
| | 3. Uso da camisinha: mentalidade de que usar camisinha é uma inconveniência |
| | 4. A importância de fazer testes e não sentir vergonha caso se exponham a risco |
| 12. Vacina contra HPV em crianças | 1. Estigma das campanhas de vacinação de HPV entre crianças |
| | 2. Inconsistência do discurso de quem é contra a vacina de HPV em crianças: ninguém explica para os seus filhos a função de nenhuma vacinação |
| | 3. O que é HPV e sintomas |
| | 4. Como explicar a importância da vacina para os pais: marcadores biológicos considerados para estabelecer a idade do grupo da vacina |
| | 5. Se a vacina previne uma doença futura, por que não vacinar na infância? |
| | 6. Barreira psicológica dos pais: aceitar a sexualidade do filho, tabus |

| | |
|--|--|
| | 7. A importância de dissociar a vacina do sexo: vacina não previne uma doença imediata |
| | 8. Expectativa da campanha de vacinação versus a realidade da transmissão de HPV na população |
| | 9. Importância do efeito rebanho da vacinação |
| | 10. A gravidade de não se vacinar e não se usar preservativo |
| | 11. A ironia de uma sociedade cheia de estímulos sexuais ser cada vez mais ignorante: sociedade moralista |
| | 12. Os pais não são os únicos educadores sexuais. Toda a comunidade precisa ter acesso à informação |
| | 13. Documentos de que o Brasil é signatário preveem discussões de gênero e sexualidade nas escolas. Basta as escolas abraçarem a orientação sexual |
| | 14. Pais precisam abrir a cabeça para conversar com os filhos sobre sexo |
| | 15. Missão e responsabilidade dos pais na criação dos filhos e na abordagem de sexualidade: criar não é proteger, é desenvolver |

Fonte: a autora (2020).

4.5 ANÁLISE DO EPISÓDIO #151 – TODAS AS LETRAS DO ARCO-ÍRIS PARTE 1

O episódio #151 se propõe a desvendar a sigla LGBTQI+, suas nomenclaturas e manifestações. O programa abre com a apresentação das *hostesses*, Juliana Wallauer e Cris Bartis. Elas introduzem a temática e fazem um anúncio breve: o Mamilos está à procura de um anunciante para patrocinar a segunda temporada.

Em seguida, o programa se encaminha para a chamada Teta, nomenclatura que se refere à parte mais longa do *podcast* em que acontece a discussão da pauta. As apresentadoras leem uma apresentação à pauta, usando a Parada LGBTQI+ na Av. Paulista como gancho. Juliana e Cris informam a proposta do episódio: entender quais são as letras das cores do arco-íris (referência à bandeira da causa LGBTQI+), por quais violências e dificuldades a comunidade passa e como podemos ajudar a cumprir com as promessas da Declaração de Direitos Humanos. As *podcasters* revelam a escolha editorial do programa de não chamar um convidado contraponto. No programa, serão respondidas dúvidas que os ouvintes enviaram nas redes sociais do Mamilos.

Os convidados presentes no estúdio são apresentados, Iran Giusti e Léo Barbosa, e, a partir de então, desenrola-se a discussão da pauta de fato. O debate acontece entre as apresentadoras e os convidados, mas há inserções de sonoras gravadas por fontes que trazem explicações, posicionamentos e análises sobre tópicos abordados no programa, como apagamento de pessoas bissexuais e Drag Queens. Por fim, o episódio se encaminha para o quadro chamado Farol Aceso, em

que apresentadoras e convidados indicam peças culturais relacionadas à pauta (livros, filmes, séries etc.) para os ouvintes.

4.5.1 Fontes

Completam a mesa de participantes do episódio 151 do Mamilos o jornalista, relações públicas, ativista e organizador da Casa 1 – Centro de Cultura e Acolhimento LGBT, Iran Giusti, e Léo Barbosa, estudante de Direito, homem transexual e militante da causa trans. Além dos dois convidados em estúdio, o programa contou com duas inserções sonoras de fontes não presenciais. A primeira foi a dos *hosts* do *podcast* HQ da Vida, Dan Carreiro e Bia Santos, para falarem sobre apagamento de pessoas bissexuais. A segunda foi a da Drag Queen Betina Polaroid para apresentar o movimento Drag Queen.

É importante pontuar que as apresentadoras fazem uma observação no início do programa quanto à escolha das fontes que preenchem a mesa no estúdio. A proposta do *podcast* Mamilos é criar pontes entre pessoas com opiniões ou visões de mundo diferentes. No entanto, elas escolheram não trazer um contraponto do movimento LGBTQI+ neste episódio para que as discussões pudessem abranger de forma mais ampla a própria comunidade. Elas observam que, mesmo com dois representantes de letras diferentes da sigla, a mesa ainda não reflete a comunidade como um todo. Trazer uma pessoa como contraponto, segundo o posicionamento do Mamilos, impediria uma discussão abrangente e mais didática sobre o movimento em si.

Os participantes fazem referência a 17 fontes de consulta ao longo do programa. São citados dois documentos internacionais referentes a direitos humanos, a Declaração Universal de Direitos Humanos e os Princípios de Yogyakarta. Além disso, duas organizações não governamentais fizeram-se presentes nas falas, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e a Casa 1 – Centro de Cultura e Acolhimento LGBT.

Foram citados dois títulos de livros, a não ficção *Longe da Árvore*, de Andrew Solomon, e a autobiografia *E se eu fosse puta*, de Amara Moira. Ao todo, houve a menção de cinco órgãos ou programas governamentais brasileiros: o Ministério da Saúde; o Centro de Cidadania LGBT (município não especificado); o Sistema Único de Saúde (SUS); o Censo Demográfico (ano não especificado) promovido pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e o Programa Transcidadania promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

De *podcasts*, apenas o Mamilos #145 - Masculinidade e Sentimentos foi referenciado no programa. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) aparecem como fontes de consultas em falas dos participantes. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) referente à retificação do nome de pessoas transgênero foi subpauta de discussão. Reflexões da historiadora negra Suzane Jardim são mencionadas.

Quadro 4 - Assuntos na ordem em que foram citados no programa #151

| |
|---|
| Declaração Universal de Direitos Humanos |
| Iran Giusti: jornalista, relações públicas, ativista e organizador da Casa 1 – Centro de Cultura e Acolhimento LGBT |
| Léo Barbosa: estudante de direito, homem transexual definindo a sua própria sexualidade e militante da causa |
| Symmy Larrat, presidente da ABGLT |
| Livro <i>E se eu fosse puta</i> , de Amara Moira |
| Livro <i>Longe da Árvore</i> , de Andrew Solomon |
| Ministério da Saúde |
| Centro de Cidadania LGBT |
| Mamilos #145 - Masculinidade e Sentimentos |
| Princípios de Yogyakarta |
| ONU |
| SUS |
| OMS |
| STF |
| Suzane Jardim, historiadora, ativista, negra, bissexual |
| ABGLT |
| Censo |
| Dan Carreiro, host do <i>podcast</i> HQ da Vida |
| Bia Santos, bissexual e <i>hostess</i> dos <i>podcasts</i> HQ da Vida e Ponto G |
| Casa 1 |
| Programa Transcidadania |
| Betina Polaroid, Drag Queen do movimento DRAG-SE |

Fonte: a autora (2020).

4.5.2 Análise, opinião e informação

A análise das falas dos participantes indica que o episódio 151 é predominantemente informativo. O programa apresenta um total de 33 discursos informativos, 25 analíticos, 20 opinativos e seis híbridos, que apresentam elementos de opinião e análise. Desse modo, a investigação aponta que este episódio do Mamilos manifesta os gêneros de Jornalismo Informativo e Interpretativo, mais do que Opinativo.

O monólogo de abertura do programa sinaliza essa mescla. A locutora Juliana Wallauer emite (1) informações sobre a Parada LGBT, (1) opinião (pedido para que as pessoas lutem pelas promessas da Declaração Universal dos Direitos Humanos), (1) análise sobre as propostas da Declaração e novamente uma (2) opinião, desta vez referente ao papel da democracia em defender os direitos das minorias. Ainda na introdução, ela chama atenção para o posicionamento editorial do *podcast* em relação à escolha de não trazer um contraponto para o programa. A equipe do Mamilos acredita que um contraponto impediria uma abordagem mais ampla e diversa do tema, posicionamento classificado como um híbrido de (1) análise e opinião.

Na apresentação das fontes no estúdio, o ativista e homem trans Léo Barbosa expressa sua (3) opinião sobre a necessidade de pautas relacionadas à comunidade serem ampliadas para englobar e acolher mais identidade LGBTQI+. Adentro a pauta de gênero, o jornalista Iran Giusti emite uma (2) análise com elementos opinativos sobre a abordagem mais comum do conceito de gênero. O jornalista é contra a abordagem do “cookie do gênero”, pois desumaniza dos processos de gênero e patologiza os corpos. Em seguida, (2) informa as dinâmicas do processo de atribuição de gênero com base no corpo e genital da pessoa. Sua explicação suscita uma (2) análise crítica de ambos os convidados dessa atribuição por corpo e genital.

Uma sequência de (4, 5) opiniões de Barbosa sucedem a análise. O ativista afirma que o que está errado é a designação do gênero, não o corpo da pessoa e complementa dizendo acreditar que apenas homens cisgênero têm direito de autonomia plena sobre seu próprio corpo na nossa sociedade. Após, Juliana Wallauer apresenta uma (3) análise em que traça um paralelo entre questionar o seu papel na sociedade (como mulheres que quebram os padrões de gênero ao frequentar estádios de futebol, por exemplo) e questionar o seu gênero (sou mulher, de fato?). Iran, como estudioso do assunto e homem cisgênero, responde o questionamento da apresentadora com uma (3) opinião fundamentada em análise: é difícil para uma pessoa cisgênero entender essa diferença.

Juliana, então, expõe uma (4) análise com base no livro *Longe da Árvore* sobre as experiências trans serem diferentes. Ao falar de sua experiência pessoal como homem trans, Léo defende sua (6) opinião de que quem se identifica com masculinidades não precisa se apegar aos erros masculinos e (5) analisa que relacionar uma genitália com feminilidade ou masculinidade é uma construção social. No entanto, faz a (3) observação de que existem pessoas trans que sentem a

necessidade física de fazer uma redesignação sexual. Iran, assim (4, 5) informa que a abordagem dessa discussão (desconectar a ideia de gênero da genitália) é muito recente e aproveita para explicar o conceito de expressão de gênero, a forma como as pessoas expressam o seu gênero não atribuído. O jornalista ainda constrói uma (6) análise acerca da origem dos termos trans e cis.

O programa transita para sua segunda pauta, introduzida pela (informação, 6) explicação do conceito de orientação afetiva sexual por Giusti e da possibilidade de existir homens que fazem sexo com outros homens, mas não são gays (informação baseada em classificações do Ministério da Saúde). Léo Barbosa intervém na explicação para se (7) posicionar sobre a classificação de travestis como homens que fazem sexo com outros homens.

As apresentadoras questionam os convidados sobre a diferença entre um homem gay e um homem que apenas faz sexo com outros homens. Iran as (7) informa da diferença e traça uma (7) análise. Na sequência, ele dá sua (8) opinião sobre homens se identificarem com outros homens em questões de atividades de lazer e interesses.

A discussão se direciona para o tema da afetividade e do amor romântico, levando Iran a (informação, 8) explicar a origem europeia do que entendemos por amor romântico. Voltando ao tópico de questões de gênero, os participantes fazem uma (8) análise da evolução dos papéis do homem e da mulher desde as civilizações pré-históricas. Retomando a pauta sobre sexualidade, Iran (9) informa o porquê de se falar “orientação afetiva sexual” e a diferença entre orientação e opção sexual, além de esclarecer os conceitos de gay, bissexual e heterossexual.

Procurando trazer a perspectiva do Direito sobre as discussões do programa, o estudante de Direito Léo Barbosa (informação, 10) explica o que são os Princípios de Yogyakarta e o que dizem sobre identidade de gênero. Finaliza sua fala com uma (9) análise sobre a legitimidade do sexo jurídico.

O episódio adentra outra pauta por meio da (informação, 11) explicação de Barbosa sobre o que é uma travesti. Iran agrega ao assunto sua (10) análise acerca de como a desinformação em relação à identidade travesti está ligada a questões de raça e classe. Em meio à análise, emite o seu (9) ponto de vista sobre a necessidade de interseccionalidade no movimento LGBTQI+.

Em seguida, Léo (informação, 12) discorre sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de retificação do nome civil. Questionado pelas

apresentadoras, ele (informação, 13) explica que o que é uma pessoa não binária (ela não se reconhece nem como homem, nem como mulher) e a diferença entre transgênero (guarda-chuva) e transexual e travesti (identidades). Os convidados (informação, 14) ressaltam que existem e ainda estão surgindo muitas identidades dentro do movimento.

Posteriormente, Cris Bartis faz uma (12) análise, com base na relação das palavras travesti e transvestir, sobre como Coco Chanel pode ser considerada uma travesti. Léo Barbosa valida a análise da apresentadora (15) informando que, no princípio do conceito, falava-se de travestis como homens que se vestiam de mulher. Sobre a utilização do termo “trans homem” por Iran, Léo Barbosa mostrou (opinião, 10) desaprovação. A pauta se encerra com uma ampla (informação, 16) explicação dos dois convidados sobre o reconhecimento de pautas da comunidade LGBTQI+ na academia.

Para introduzir a pauta da nomenclatura LGBTQI+, Iran ilustra sua (13) análise com colocações da historiadora Suzane Jardim, enfatizando a importância de nomear as questões estruturais da nossa sociedade para que esta reconheça seus problemas. Partindo de sua análise, Iran desenha um (informação, 17) panorama histórico de como pessoas com diferentes identidades se uniram para formar a comunidade LGBTQI+ e expõe sua (14) análise sobre o assunto. Segundo o ativista, todas as letras se referem a pautas de construções sociais e obrigações de gênero.

No campo da Política Pública, Iran (18) informa que não há dados oficiais sobre a comunidade. Embora o Censo contemple parte da sigla (a população LGB), (11) opina que as perguntas são “malfeitas” e ambíguas. O jornalista (15) analisa a importância de se ter dados efetivos sobre uma população. Conclui sua fala (12) opinando sobre a negligência do Estado com a comunidade LGBTQI+. Cris Bartis complementa com a (19) informação de que a população LGBTQI+ no Brasil equivale a 18 milhões de pessoas.

Na pauta seguinte, Juliana (13, opinião) revela que não entende o apagamento bi e o preconceito contra pessoas bissexuais, pois, na sua opinião, é fácil ser bissexual. A apresentadora insere a sonora dos *hosts* do *podcast* HQ da Vida, Dan Carreiro e Bia Santos, esclarecerem de maneira (20, 21, 22) informativa a questão da invisibilidade da letra B, do preconceito contra bissexuais na comunidade e da objetificação de mulheres bi. Bia Santos expõe (16, 17) análises sobre a construção

desses preconceitos na sociedade e o papel da mídia na sexualização da bissexualidade feminina.

De volta à discussão em estúdio, Iran Giusti (23) informa que pessoas LGBTQI+ podem reproduzir LGBTfobia. Léo Barbosa intercede no debate com a (24) informação de que existe uma diferença entre gênero e orientação sexual e (14) opina sobre o valor que damos ao genital. Na sequência, Cris Bartis polemiza com a sua (15) perspectiva sobre todo mundo ser bissexual. No entanto, ao entender que ela está se referindo à pansexualidade, os convidados a (25) informam da confusão. A *hostess* também menciona a homossexualidade na Antiguidade Clássica, ocasionando uma (18) análise de Iran sobre o assunto.

Os convidados retomam o conceito de pansexualidade e (informação, 26, 27) explicam sua definição e os equívocos relacionados à orientação. Iran traz uma (19) análise sobre o processo da experimentação na descoberta da nossa sexualidade e (16) opina sobre o que ele considera positivo e negativo sobre a bissexualidade. Juliana Wallauer levanta um debate, embasado em seu (17) ponto de vista pessoal, sobre como o pensar e o sentir influem no nosso desejo sexual. Após opinar, ela fornece uma (20) análise sobre o papel do machismo e da masculinidade frágil nas dinâmicas do desejo sexual. Léo Barbosa, em contraponto ao que a Juliana disse sobre não conseguirmos racionalizar desejo, diz (18) acreditar que possamos desconstruir nossos desejos.

A pedido das apresentadoras, Iran desenvolve uma (informação, 28) explicação sobre o conceito de *queer* e de espectro cinza, sustentando sua fala com o panorama histórico da Teoria Queer. Em seguida, constitui uma (4) análise com caráter opinativo sobre o papel do militante e do ativista LGBTQI+ dentro da comunidade.

A última pauta do programa inicia com uma sonora da Drag Queen Betina Polaroid. Ela (informação, 29) explica o que é o movimento Drag e quem são as artistas. Ao longo de sua participação, ela ainda traça duas (21, 22) análises. A primeira sobre a sua interpretação da arte Drag e a segunda sobre a importância do movimento Drag para a comunidade LGBTQI+.

De volta à pauta entre os presentes no estúdio, os convidados (informação, 30) esclarecem as identidades de artistas famosos: a Pablio Vittar é Drag, Liniker é trans e Rico Dalasam é um homem gay cisgênero. Em um híbrido de (5) opinião com análise, Léo Barbosa afirma que as pessoas trans saem de vários armários. No seu caso, saiu do armário da heterossexualidade e da cisnormatividade.

Iran prossegue o debate sobre Drag Queens (31) informando como ocorreu o princípio do movimento e o seu papel na Revolta de Stonewall. Ele emenda uma (23) análise da evolução do movimento no Brasil e das diversidades de identidades na arte Drag, mencionando os homens se vestindo de mulher no Carnaval. Ele (19) opina sobre como muitas pessoas já entendem a diferença entre homenagem e transfobia.

Cris Bartis (24) analisa a aceitação das Drags na mídia. Sua fala leva Iran a propor sua própria (25) análise sobre esse cenário e a (informação, 32) introduzir a definição de transformistas. O jornalista (20) se posiciona acerca do julgamento que recai sobre as figuras transformistas de antigamente.

Por fim, Cris (informação, 33) conta a história da primeira cirurgia de redesignação de sexo realizada no Brasil, no Hospital de Clínicas de São Paulo, ocasionando uma (6) análise com elementos opinativos dos convidados sobre o atual coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual dessa mesma instituição de saúde.

A investigação da presente categoria mostrou um contraste entre o número de informações e opiniões fornecidas no programa. Os discursos analíticos estão equilibrados entre a quantidade de conteúdo informativo e opinativo, enquanto as falas que mesclam opinião com análise aparecem de forma pontual. Embora a diferença entre o número de informações e opiniões percebida não seja acentuada o bastante para uma definição taxativa, é possível aferir tendências jornalísticas interpretativas e informativas – mais do que opinativas – no episódio 151 do *podcast* Mamilos.

4.5.3 Pautas e subpautas

Na categoria de pautas e subpautas, observamos que as apresentadoras tentam definir de maneira explícita as pautas que permeiam o programa por meio de perguntas introdutórias ou inserções de sonoras que apresentam o assunto em questão. Já as subpautas não são tão bem delineadas, os participantes transitam com fluidez entre uma subpauta e outra.

Foram identificadas oito pautas ao longo da uma hora e meia de duração de programa. A roda de conversa inicia com um pedido aos convidados: explicar a diferença entre gênero, afetividade e sexualidade. Assim, abre-se a primeira pauta, a de gênero. Os convidados dão explicações sobre conceitos-chave e questionamentos

que permeiam o tema. A discussão atravessa subpautas de transsexualidade, autoaceitação e expressão de gênero.

A fonte convidada Iran Giusti é quem dá direcionamento para as definições e explicações neste primeiro momento do programa. Ele leva a conversa à segunda pauta, orientação afetiva sexual. A pauta se desdobra em cinco outras pautas identificadas pela autora. Primeiramente, Iran esclarece o porquê da palavra “afetiva” no termo. Em seguida, são sanadas dúvidas sobre a diferença entre homens gays e homens que fazem sexo com outros homens. A conversa se desvia para tratar da questão de gênero na divisão de tarefas em comunidades primitivas (indígenas e Pré-História) e finaliza na explicação da escolha da terminologia orientação afetiva sexual em detrimento de opção sexual.

Léo Barbosa, o convidado estudante de Direito, decide trazer à discussão a visão do Direito sobre os assuntos pautados. Ele expõe como os Princípios de Yogyakarta apresentam a ideia de identidade de gênero. Sua fala não se conecta diretamente à pauta anterior, por isso é identificada como uma pauta à parte, porém breve.

Em seguida, Cris Bartis traz uma dúvida sua à mesa, a qual desenrola-se em uma nova pauta: qual a diferença entre uma travesti e uma pessoa transexual. A conversa elucida essa diferença, chamando atenção para subpautas relevantes ao tópico como a importância do movimento LGBTQI+ incorporar discussões de raça e classe na agenda, a patologização das identidades transgêneras e a forma elitista como o Direito aborda pautas LGBTQI+. Após brevemente conectar a ideia de travesti com se transvestir, a pauta tem fim em uma explicação sobre Estudos de Gênero.

A quinta pauta do episódio é sobre a nomenclatura LGBTQI+ e conta com quatro subpautas de discussão. A fonte convidada, Iran, traça um paralelo entre a história da comunidade com a história do negro no Brasil. No decorrer da pauta, fala-se sobre a importância de dar nome a todas as identidades reconhecidas na sigla, a relação da invisibilidade das pessoas LGBTQI+ perante o Estado com a falta de políticas públicas voltadas para elas e o motivo de indivíduos com identidades tão diferentes juntarem suas pautas dentro de uma só sigla.

A conversa transiciona de maneira sutil para o tema do apagamento da letra B, de bissexualidade, dentro da comunidade LGBTQI+. Embora conectada com a pauta anterior, as apresentadoras sinalizam uma quebra de pauta por meio da inserção de uma ilustração sonora para introduzir o assunto do apagamento bi. Esta é a pauta

com o maior número de desdobramentos no programa: 12 subpautas ao todo. A pauta cobre desde preconceito em relação a pessoas bissexuais dentro e fora da comunidade LGBTQI+ até questões como a homossexualidade na Antiguidade Clássica, pansexualidade, relacionamentos com pessoas bi e a construção social do desejo.

A sétima e penúltima pauta trata da Teoria Queer e do conceito de Espectro Cinza. Uma das *hosts* pede para que os convidados expliquem o que é o chamado Espectro Cinza. Iran, então, fornece um panorama histórico das origens e definições da Teoria Queer, contextualizando sua resposta à pergunta inicial. Ele conta a história de uma menina que performava ora masculinidade, ora feminilidade, assim chegando à subpauta final de militância e ativismo. O militante da causa LGBTQI+ posiciona-se sobre o papel da militância e do ativismo na comunidade.

Por fim, a oitava pauta do programa, segunda maior na contagem de subpautas, versa sobre o universo das Drag Queens. O assunto é introduzido por uma sonora da Drag Queen Betina Polaroid, que explica o conceito, fala da diversidade de pessoas englobadas por essa expressão artística e suas demais manifestações (Drag Kings, Drag Queens) e enfatiza que o movimento se trata de uma arte política, símbolo de resistência. Os convidados retomam a pauta, abordando o processo de desconstrução por trás do movimento Drag, as origens dessa forma de arte, (novamente) a diversidade de identidades Drags e a aceitação de Drag Queens na mídia. O episódio termina evidenciando o contraste entre o caso da primeira cirurgia de redesignação de sexo realizada no Brasil, no Hospital de Clínicas de São Paulo em 1971, e a visão patologizante do psiquiatra que hoje coordena o Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual dessa mesma instituição de saúde.

Quadro 5 - Pautas e subpautas do Episódio #151

| PAUTA | SUBPAUTA |
|-----------|---|
| 1. Gênero | 1. Abordagem sobre o conceito |
| | 2. Corpo, genital e identidade de gênero |
| | 3. Violência da designação: o corpo não é o problema, o problema é a designação |
| | 4. O que é uma mulher ou homem? Como entender-se mulher ou homem? |
| | 5. Transsexualidade |
| | 6. Encontrar-se nas masculinidades/feminilidades e construção social |
| | 7. Autoaceitação |
| | 8. Expressão de gênero |
| | 1. Por que a denominação “afetiva”? |

| | |
|---------------------------------------|--|
| 2. Orientação afetiva sexual | 2. Erro de identificar travesti como homem que faz sexo com outros homens |
| | 3. A diferença entre um homem gay e um homem que faz sexo com outros homens |
| | 4. Questão de gênero e a divisão de tarefas em comunidades primitivas (indígenas e Pré-História) |
| | 5. Denominação: opção sexual x orientação afetiva sexual |
| 3. O que diz o direito | 1. Princípios de Yogyakarta e identidade de gênero |
| 4. Travesti x Transsexual | 1. O que difere: a autodefinição |
| | 2. Identidade de luta |
| | 3. Patologização e a diferença segundo conceitos médicos/biológicos |
| | 4. Interseccionalidade no movimento LGBTQI+: raça e classe |
| | 5. Direito e a elitização das pautas LGBTQI+ |
| | 6. STF concede direito à retificação de nome: transgênero (guarda-chuva) x transexual (identidade específica) |
| | 7. Identidades |
| | 8. Travestis e transvestir |
| | 9. Estudos de Gênero |
| 5. Nomenclatura LGBTQI+ | 1. Paralelo com a história do negro no Brasil |
| | 2. A importância de dar nome às coisas: ajuda a reconhecer a sua existência e promover políticas públicas de acolhimento e combate às desigualdades |
| | 3. A junção de vários campos distintos na sigla |
| | 4. Não há dados oficiais sobre pessoas LGBTQI+ |
| 6. Apagamento da letra B (bissexuais) | 1. Preconceito dentro da comunidade |
| | 2. Objetificação da mulher bi |
| | 3. Generalização de pessoas bissexuais |
| | 4. LGBTQfobia dentro da própria comunidade |
| | 5. Diferença entre gênero e atração sexual |
| | 6. Opinião da Cris: as pessoas se apaixonam por pessoas independente de gênero |
| | 7. Contextualização da homossexualidade na Antiguidade Clássica |
| | 8. Pansexualidade e a confusão do conceito |
| | 9. Bissexualidade e experimentação |
| | 10. Relacionamentos e ciúmes |
| | 11. Bissexualidade, machismo e masculinidade frágil |
| | 12. Construção social do desejo sexual |
| 7. Teoria Queer e Espectro Cinza | 1. Palavra sem tradução para o português |
| | 2. Historiografia da Teoria Queer |
| | 3. Teoria Queer: linhas de estudos que surgem a partir dos estudos de Foucault. São os estudos sobre essa comunidade de corpos dissidentes da heterossexualidade e cisgeneridade |
| | 4. Área cinza: todas as variações entre o masculino e o feminino (combinações de corpos e gêneros) |
| | 5. Relato do convidado sobre uma menina que performava feminilidades e masculinidades |
| | 6. Militância e ativismo: estudo e desconstrução |
| 8. Drag Queen | 1. Explicação do conceito: expressão artística, manifestação cultural |
| | 2. Não se propõe a ser uma identidade |
| | 3. Diversas manifestações: Drag Kings e Drag Queens |
| | 4. Arte política: Drag como símbolo de resistência |
| | 5. Processos de desconstrução |
| | 6. Origem das Drag Queens: manifestação artística para homenagear mulheres, Stonewall |
| | 7. Diversidade na arte: mulheres Drags (Drag Kings) e homens héteros Drags |
| | 8. Carnaval: homens hétero fantasiados de mulher |

| | |
|--|---|
| | 9. Aceitação das Drags na mídia: porta para a aceitação LGBTQI+, diferença entre transformistas e Drags, problematização das figuras Drags famosas antigamente |
| | 10. Primeira cirurgia de redesignação no Brasil no Hospital de Clínicas em São Paulo em 1971 |
| | 11. Controvérsias com o atual Coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Hospital de Clínicas de São Paulo, Alexandre Saadeh: visão patologizante |

Fonte: a autora (2020).

4.6 ANÁLISE EPISÓDIO #152 - SEXOTERAPIA

O episódio #152 do *podcast* Mamilos tem a proposta de falar de sexo: desejo, fantasia, orgasmo, frequência, rotina. “A gente vai tirar o tabu da sala e desconstruir alguns mitos”, anuncia a apresentadora Juliana Wallauer. Como de praxe, o programa abre com a apresentação das *hostesses* e com a missão do Mamilos. Juliana conta de um evento que participou em nome do *podcast* e informa o e-mail de contato para que elas sejam convidadas a mais eventos.

Na sequência, começa a Teta, nome dado à parte do programa em que ocorre a discussão da pauta. Publicado em 15 de junho de 2018, o episódio é uma homenagem de Dia dos Namorados. Os convidados são apresentados e já partem para o debate. O episódio não conta com inserções sonoras de fontes fora do estúdio.

Após a Teta, desenrola-se o tradicional Farol Aceso, quadro em que os participantes sugerem dicas culturais relacionadas com a temática da pauta.

4.6.1 Fontes

O episódio #152 conta com duas fontes em estúdio. A primeira, Ana Canosa, descreve-se como psicóloga, terapeuta sexual, terapeuta de casal, coordenadora de uma Pós-Graduação em Sexualidade na UNISAL há 12 anos, diretora da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBSH), editora da Revista Brasileira de Sexualidade Humana e colunista na Revista *VIP*. A sexóloga participou de outros episódios do Mamilos (inclusive um dos programas analisados no presente trabalho). O segundo convidado em estúdio é Cláudio Serva, fundador do “Prazererele”, movimento para falar com homens sobre desconstrução do machismo, terapeuta, trabalha com respiração e sexualidade. Este episódio não conta com a participação de fontes fora de estúdio e inserções sonoras.

O livro *Sexoterapia*, da convidada Ana Canosa, é citado como a inspiração para o nome do episódio. O site OMGYes foi mencionado diversas vezes ao longo do programa, tanto como fonte de estatísticas, quanto como referência de abordagem de sexualidade feminina. Houve a menção de dois estudos não identificados. O primeiro refere-se à média global de mulheres que não chegam ao orgasmo. O segundo, às fantasias eróticas masculinas.

Ana Canosa fala de uma pesquisa coordenada por Carmita Abdo, do Programa de Estudos em Sexualidade (ProSex) que revela que 27% das mulheres não têm orgasmo no Brasil. Juliana Wallauer cita uma palestra que assistiu da psicoterapeuta Esther Perel. Por fim, Canosa faz referência a um episódio de um programa de televisão que apresentou, o *Escola para Marido*, na Fox Life.

Quadro 6 - Lista de fontes na ordem em que foram mencionadas no programa #152

| |
|--|
| Ana Canosa: psicóloga, terapeuta sexual, terapeuta de casal, coordenadora de uma Pós-Graduação em Sexualidade na Unisal há 12 anos, diretora da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, editora da Revista Brasileira de Sexualidade |
| Cláudio Serva, fundador do Prazerale, movimento para falar com homens sobre desconstrução do machismo, terapeuta, trabalha com respiração e sexualidade, faz trabalhos de respiração com homens |
| Livro <i>Sexoterapia</i> , de Ana Canosa |
| O site OMGYes |
| Estudo não identificado: média de 30% das mulheres não tem orgasmo no mundo |
| Pesquisa do ProSex, Programa de Estudos em Sexualidade (ProSex), coordenada por Carmita Abdo: 27% das mulheres não tem orgasmo no Brasil |
| “Qualquer pesquisa sobre sexualidade masculina” indica que a principal fantasia sexual do homem é duas mulheres e um homem |
| Esther Perel, palestra na SXSW |
| <i>Escola para Marido</i> , programa de TV da Fox Life |

Fonte: a autora (2020).

4.6.2 Análise, opinião e informação

O episódio #152 do *podcast* Mamilos apresenta falas com elementos (49) analíticos, (28) informativos, (23) híbridos de análise e opinião e (17) opinativos. A predominância de análises ao longo do programa pode indicar um domínio do assunto por parte de todos os participantes da mesa. Apesar da presença dos convidados especialistas, muitas das análises foram conduzidas pelas apresentadoras, demonstrando sua familiaridade com o tema, uma vez que análises são interpretações e leituras extraídas de um tema a partir de pressupostos.

O programa não tem um monólogo de abertura com dados e informações sobre a pauta, como é de praxe do *podcast*. A anfitriã Juliana Wallauer apenas revela que o

programa é um especial de Dia dos Namorados e parte para a apresentação dos convidados. Logo na introdução da pauta, Wallauer faz uma (1) análise da falta de informação sobre sexo na sociedade. Ela conta seu (opinião, 1) relato pessoal sobre não conseguir gozar em um relacionamento passado e expõe outra (2) análise sobre essa subpauta.

A sexóloga Ana Canosa complementa com (informação, 1) dados sobre o prazer sexual das mulheres no Brasil e no mundo e (análise, 3) discorre sobre possíveis fatores que levam mulheres a não gozar (machismo, repressão feminina, vergonha, construções sociais). A educadora sexual ainda elabora outras duas (4, 5) análises sobre a relação do homem com o sexo e com seu corpo e sobre a desigualdade de gênero no acesso a direitos civis.

Juliana Wallauer (6) analisa a valorização da virgindade e a pureza feminina. Canosa contribui com uma (7) análise sobre a necessidade do egoísmo para alcançar o prazer sexual. Cris Bartis fala em uma análise opinativa sobre por que a dificuldade com o sexo vem da desconexão com o corpo. Ana Canosa (2) informa sobre a aceitação da masturbação masculina em detrimento da feminina. Juliana adiciona sua (análise, 8) visão sobre como a cultura e a mídia retratam a masturbação masculina. Cris Bartis, então, (informação, 3) fala sobre a proibição da masturbação pela Igreja.

Cláudio Serva (análise, 9) explica que as pessoas pulam a etapa da sexualidade e vão direto para o sexo. Bartis (4) informa sobre os chamados biológicos no corpo masculino pubescente. Serva expõe duas (10, 11) análises sobre a diferença das genitálias masculinas e femininas e como os ideais de virilidade são prejudiciais para o homem. O terapeuta ainda (12) discorrer acerca da construção da sexualidade masculina na infância e (2) opina que a pornografia é prejudicial para a visão do sexo.

A sexóloga Ana Canosa (informação, 5) revela fatos sobre estimulação clitoriana em mulheres, e Cláudio complementa com (6) informações do órgão feminino. Juliana desenha uma (13) análise de como o estímulo clitoriano beneficia o homem e a mulher no sexo. Em seguida, por meio do relato de um caso em seu consultório, a sexóloga (14) analisa a responsabilidade que o homem sente de dar prazer para a mulher. Cláudio propõe uma (análise, 15) reflexão sobre a relação entre o prazer sexual e a desconstrução do machismo. Cris Bartis ainda faz colocações em uma (2) análise com elementos opinativos sobre o prazer em dar prazer e em aprender a dar prazer.

A outra anfitriã (7) informa a abordagem de educação sexual do OMGYes e (3) opina sobre a importância da comunicação no sexo. Ana Canosa traz à mesa (8) informações sobre os efeitos das medicações de ejaculação masculina. A terapeuta sexual (4) opina sobre a importância da intimidade e da abertura do casal. Juliana, então, (opinião, 5) conta um relato pessoal sobre sua intimidade no casamento e faz uma (3) análise opinativa sobre orgasmo feminino.

Cláudio (16) analisa o efeito da pressa do dia a dia na relação, e Cris (4) analisa de forma opinativa o prazer no sexo mesmo sem gozar. Cláudio (9) informa sobre as potencialidades do orgasmo da mulher e (análise opinativa, 5) discorre sobre a relação do homem com o orgasmo. O terapeuta ainda (10) informa o que é penetração passiva.

Ana Canosa (análise, 17) propõe a pergunta: por que fazemos sexo? A sexóloga (6) opina sobre a importância de fazermos sexo por prazer. Juliana Wallauer (11) informa que muitos homens relacionam sexo com serem amados, e Canosa (análise, 18) fala das diferentes perspectivas que as pessoas têm de sexo. Cris Bartis fornece uma (6) análise opinativa sobre os desafios dos homens que não gozam. Cláudio (análise, 19) versa sobre a energia sexual do corpo. Ana Canosa (informação, 12) fala da ejaculação retardada.

Serva traz (13) informações sobre a “degenitalização” do sexo e a energia corporal. Ana Canosa (informação, 14) divide exercícios clínicos de descoberta do corpo do parceiro. Juliana Wallauer (20) analisa formas de alcançar o orgasmo feminino e (7) opina sobre a rebeldia da ruptura com o tempo durante o sexo. Canosa traz (15) informações sobre desejo sexual feminino e masculino, (21) analisa o que faz as pessoas pensarem em sexo e (7) analisa de forma opinativa o mito do sexo espontâneo.

Cláudio Serva contribui com a sua (22) análise acerca sobre o afastamento do sexo por falta de prazer. Juliana fornece uma (8) análise com elementos opinativos sobre a construção do desejo sexual ao longo do dia, e Cláudio faz o (9) mesmo acerca da conexão e desconexão do casal no sexo. O terapeuta sexual (informação, 16) compartilha dicas para as pessoas se conectarem antes do sexo.

Cris Bartis (23) analisa a heteronormatividade da discussão sobre sexo, levando Ana Canosa a (24) analisar o sexo em relações homoafetivas. Bartis expõe sua (10) análise opinativa do sexo homossexual masculino. Canosa (17) informa que

nem todos os casais gays praticam sexo anal. Cris, então, (opinião, 8) conta de um relato pessoal sobre suas ex-companheiras de apartamento lésbicas.

Após, Cláudio (25) analisa a construção de tensão no sexo. Juliana (análise, 26) discorre sobre mulheres que usam sexo como forma de impor poder e (11) analisa de forma opinativa a responsabilidade da mulher de dar prazer, gestos de carinho e rejeição sexual. Cláudio compartilha suas (27) análise sobre sexo ser troca, e Ana Canosa (28) analisa a legitimação do desejo no casal.

Entrando na pauta de frequência sexual, a sexóloga faz uma (29) análise sobre as necessidades de frequência sexual de cada casal. Os dois terapeutas sexuais fazem uma (30) análise conjunta sobre a falta de desejo sexual na vida a dois. Juliana contribui (31) analisando a autoestima das pessoas que lidam com recusa sexual.

Cláudio traz (18) informações sobre a possibilidades de se dar prazer sem ambos os parceiros gozarem. Ana Canosa introduz em uma (32) análise a ideia de fazer sexo por amor e (33) discorre sobre casais com frequências sexuais diferentes. Cláudio (análise, 34) fala da diferença entre quantidade e qualidade do sexo. O fundador do movimento Prazerle (informação, 19 e 20) explica o que é um vibrador bullet e a importância de entrarmos em contato com a nossa energia sexual de base. Ele ainda (35) analisa a relação da mente com o corpo no sexo.

Ana Canosa (informação, 21) lista algumas dicas para que possamos entrar em contato com o nosso corpo (dança, exercício, yoga, massagem). Juliana (opinião, 9) divide seu relato pessoal sobre *mindfulness*. Serva faz uma (36) ampla análise sobre corpo, movimento e transformação da sexualidade.

Ana Canosa (informação, 22) conta um relato de seu livro e, após, (37) analisa a influência da cultura e da mídia na criação de fantasias sexuais masculinas. A sexóloga (análise, 38) propõe uma provocação: de onde surgem as nossas fantasias sexuais? Ela (10) opina que nem todas as fantasias precisam ser realizadas. Também elabora uma (12) análise opinativa sobre dividir fantasias com seu parceiro, inseguranças e maturidade. Cláudio (análise opinativa, 13) fala sobre a ironia de homens fantasiarem em transar com duas mulheres quando não conseguem nem dar prazer a uma. Cris Bartis, então, (opinião, 11) conta um caso de um amigo.

Na sequência, Ana Canosa (23) informa sobre uma pesquisa que faz no consultório para descobrir as fantasias sexuais de seus pacientes. A sexóloga (informação, 24) apresenta as principais fantasias dos brasileiros. Juliana Wallauer faz duas (14, 15) análises de cunho opinativo: a personalidade dos desejos sexuais

(quem determina seus limites e seus desejos é você) e a performance sexual feminina. Cris Bartis adiciona ao tópico com uma (16) análise opinativa sobre a pressão social para realizar fantasias. Cláudio traz a sua (17) análise opinativa de que o objetivo deve ser ter experiências sexuais saudáveis e prazerosas. O terapeuta (12) opina sobre a importância de experimentar e não negar suas fantasias.

Juliana Wallauer faz uma (18) análise opinativa sobre como a sociedade do consumo contribui para a roteirização da vida sexual. A *hostess* traz (25) informações sobre a evolução do conceito de intimidade ao longo da história e também (19) opina de forma opinativa sobre as contradições dos nossos desejos sexuais.

Cláudio Serva traça uma (39) análise sobre como o amor romântico contribui para uma idealização das relações. Cris Bartis, por sua vez, (análise, 40) fala de como o sexo esconde questões alheias ao ato. Ana Canosa divide sua (13) opinião de que precisamos nos permitir sermos surpreendidos pelo nosso erotismo. Wallauer conclui em uma (20) análise opinativa que cada um é responsável pelo seu prazer.

Ana Canosa traz três (41, 42, 43) análises para a mesa: uma sobre acolhimento e compartilhamento do erotismo, outra sobre pressupostos da monogamia sobre desejo sexual e outra sobre a importância de abraçarmos nosso erotismo.

Cris Bartis (análise opinativa, 21) fala do prazer do beijo na boca e Cláudio Serva complementa com sua (44) análise sobre a rotina dos relacionamentos estáveis e a importância de manter a relação viva. Bartis (análise, 45) discorre sobre mulheres empoderadas e desejo sexual. Ana Canosa (análise, 46) propõe a desconstrução dos lugares de desejante e desejado. Cláudio (análise opinativa, 22) adiciona que a mulher desejante deve exercer autoconhecimento e se reconectar com sua sexualidade.

Juliana (47) analisa as relações de poder no sexo e no relacionamento. Ana Canosa novamente (análise, 48) urge pela desconstrução dos papéis de desejante e desejado. A sexóloga (14) opina que penetração sexual requer submissão. Wallauer (15) aborda a importância do humor na hora do sexo e (23) analisa de forma opinativa a diferença entre jogos de poder e cabo de guerra nas relações.

Cláudio Serva (49) propõe uma análise sobre a relação da cultura do falo, com a desconstrução da masculinidade viril no sexo e da ejaculação precoce. Canosa (26) informa sobre latência ejaculatória curta. Bartis (16) conta um relato pessoal sobre um exame de espermograma realizado por seu marido. Cláudio traz (27) informações sobre orgasmo feminino e (17) opina sobre a possibilidade de contornar problemas

fisiológicos com exploração sexual. Por fim, Ana Canosa (28) informa alternativas às medicações para retardar ejaculação.

Com base na análise das falas, pudemos perceber a familiaridade de todos os participantes do programa com as discussões referentes à vida sexual de casais e o desejo sexual. Sendo as duas apresentadoras mulheres casadas em relacionamentos estáveis, constata-se que ambas têm lugar de fala nos assuntos discutidos. Esse domínio da pauta contribuiu para a construção de um programa recheado de trocas de relatos e análises entre *hostesses* e convidados. O episódio enquadra-se perfeitamente no formato *mesacast* ou mesa-redonda proveniente de programas de rádios, podendo ser comparado a uma conversa de bar entre amigos. Em termos jornalísticos, o Mamilos #152 manifesta, principalmente, elementos do Jornalismo Interpretativo e, parcialmente, do Jornalismo Opinativo.

4.6.3 Pautas e subpautas

Um facilitador na hora de definir as pautas do episódio #152 do Mamilos foi a introdução da discussão trazida por Juliana Wallauer. A anfitriã adiantou que o programa trataria de algumas facetas do sexo: desejo, fantasia, orgasmo, frequência e rotina. Embora alguns desses assuntos tenham se manifestado pontualmente ao longo de todo o programa, outros deram o direcionamento do programa. Quatro pautas guiaram as conversas: mulheres não gozam, diferenças sexuais em relações hetero e homossexuais, frequência e fantasias sexuais.

A primeira pauta sobre o prazer feminino – ou a falta dele – desdobra-se em 25 subpautas. Os participantes discutem desde os fatores que contribuem para o baixo índice de orgasmo feminino no Brasil e no mundo até a masculinidade tóxica e o papel dos homens no acolhimento e na desconstrução de sua sexualidade.

A segunda pauta trata das possíveis diferenças sexuais entre relacionamentos hetero e homoafetivos. Dividido em sete subpautas, o debate acaba desvencilhando-se da pergunta inicial que gerou a pauta. Inicialmente, os participantes falam efetivamente da diferença do sexo homoafetivo masculino e feminino. As opiniões e análise acabam, entretanto, por desviar-se para assuntos como o uso do sexo como forma de impor poder, a importância de gestos de carinho e a rejeição sexual.

A terceira pauta aborda a frequência sexual. No decorrer das oito subpautas que surgem na discussão, muito se fala sobre como a necessidade de sexo varia de

acordo com cada casal, podendo haver dissonância até dentro do relacionamento. Essa dissonância traduz-se na falta do desejo sexual e, conseqüentemente, na recusa sexual dentro da relação, ambas subpautas deste trecho do programa. Em linhas gerais, os participantes procuram desconstruir a ideia de quantidade e enfatizam a importância da qualidade do sexo, alcançado por meio da conexão do indivíduo com o seu corpo e com a sua sexualidade.

Finalmente, a última pauta, assim como a primeira, desdobra-se em 25 subpautas. A temática das fantasias e dos desejos sexuais desenrola-se ao longo da conversa toda, delineando os desafios de se abraçar o erotismo e compartilhá-lo com o(s) parceiro(s). A sexóloga Ana Canosa lista as fantasias sexuais mais comuns de homens e mulheres e propõe um debate sobre a origem das nossas fantasias. Questões como insegurança, maturidade, autoconhecimento e pressões sociais também são discutidas.

Quadro 7 – Pautas e subpautas do Episódio #152

| PAUTA | SUBPAUTA |
|---|---|
| 1. Mulheres não gozam | 1. Por que a mulher não goza: causas e tabus |
| | 2. Privilégios sociais e culturais masculinos |
| | 3. Valorização da virgindade e pureza feminina |
| | 4. Conexão com o próprio corpo |
| | 5. Masturbação feminina e masculina |
| | 6. A genitália masculina favorece o prazer do homem |
| | 7. Masculinidade tóxica e desconstrução de masculinidades |
| | 8. Educação sexual e pornografia |
| | 9. Estímulo clitoriano |
| | 10. Relação entre o prazer sexual e a desconstrução do machismo |
| | 11. Site OMGYes e autodescobrimento do prazer |
| | 12. A importância da comunicação no sexo |
| | 13. Efeitos de medicações na ejaculação masculina e no orgasmo feminino |
| | 14. Intimidade do casal e orgasmo feminino |
| | 15. Potencialidades do sexo mesmo sem o gozo |
| | 16. Orgasmo feminino e sexualidade masculina |
| | 17. Por que fazemos sexo? |
| | 18. Homens que não conseguem gozar |
| | 19. “Degenitalização do prazer” e energia sexual |
| | 20. Exploração do corpo do parceiro |
| | 21. Impacto das inseguranças no sexo |
| | 22. A ruptura do tempo durante o sexo |
| | 23. Desejo sexual feminino e masculino |
| | 24. O que faz as pessoas pensarem em sexo e mito do sexo espontâneo |
| | 25. Conexão e desconexão do casal no sexo: a construção do desejo |
| 2. Diferenças sexuais em relações homo e heterossexuais | 1. Heteronormatividade na discussão do sexo |
| | 2. Sexo em relações homoafetivas masculinas |
| | 3. Sexo lésbico e tensão sexual |
| | 4. Mulheres que usam sexo como forma de impor poder |
| | 5. A importância de gestos de carinho |
| | 6. Rejeição sexual |

| | |
|----------------------|---|
| | 7. Problemas no sexo podem vir de problemas na relação: legitimação do desejo no casal |
| 3. Frequência sexual | 1. As necessidades de frequência sexual de cada casal: prioridades |
| | 2. Falta do desejo sexual |
| | 3. Recusa sexual |
| | 4. Fazer sexo por amor |
| | 5. Parceiros com necessidades de frequência sexual diferentes |
| | 6. Diferença entre quantidade e qualidade do sexo |
| | 7. Energia sexual de base e relação da mente e do corpo no sexo |
| | 8. Como entrar em contato com o corpo: relação do corpo e da mente |
| 4. Fantasias | 1. A mulher “travada” na cama |
| | 2. Influência da cultura e da mídia na criação de fantasias sexuais masculinas |
| | 3. De onde surgem as nossas fantasias sexuais? |
| | 4. Dividir fantasias com o parceiro, inseguranças, maturidade |
| | 5. Descobrir suas fantasias |
| | 6. Fantasias sexuais mais comuns dos brasileiros |
| | 7. Seu desejo, seus limites |
| | 8. Performance sexual feminina |
| | 9. Pressão social para realizar fantasias: não é uma competição |
| | 10. Objetivo da experiência sexual e experimentação |
| | 11. Sociedade do consumo e roteirização da vida sexual: conceito de intimidade |
| | 12. Amor romântico, idealização e autoconhecimento |
| | 13. Questões mascaradas no sexo |
| | 14. Entrar em contato com seu erotismo |
| | 15. Você é responsável pelo seu prazer: relações saudáveis e desconstruídas |
| | 16. Acolhimento e compartilhamento do seu erotismo: Escola para Maridos |
| | 17. Desejo não se esgota na relação amorosa: monogamia |
| | 18. Relações estáveis e cair na rotina |
| | 19. Mulheres empoderadas e desejo sexual: conceito de desejante e desejado, importância do autoconhecimento |
| | 20. Jogos de poder na relação |
| | 21. Humor na hora do sexo |
| | 22. Jogo de poder vs cabo de guerra |
| | 23. Ansiedade, ejaculação precoce, cultura do falo e desconstrução da masculinidade viril no sexo |
| | 24. Latência ejaculatória curta |
| | 25. Alternativas às medicações para retardar ejaculação |

Fonte: a autora (2020).

4.7 CRUZAMENTO DE ANÁLISES

No fechamento das análises deste trabalho, faz-se necessário um cruzamento de dados com conclusões preliminares sobre as categorias propostas. Um cruzamento de análises nos auxilia a compreender de que forma os episódios dialogam entre si e contribuem para o panorama geral da abordagem do *podcast* Mamilos sobre temas de sexualidade e sexo.

Quanto à categoria de fontes, é claro o destaque que o *podcast* dá aos convidados presentes no estúdio. São as fontes que centralizam e prioritariamente embasam as discussões. As análises e as informações que os convidados dividem

nos programas não são questionadas, uma vez que estes são ou especialistas, ou pessoas com lugar de fala nos temas. Da mesma forma, as inserções sonoras de fontes que não estão no estúdio, seja para depoimento, seja para contextualização de uma pauta, são valorizadas em detrimento de fontes de consulta, que são os autores, estudos, livros, sites e órgãos que sustentam as falas dos participantes.

Ainda na questão das fontes, observamos que os episódios #130 e #151 apresentam uma quantidade consideravelmente maior de fontes de consulta (15 e 17, respectivamente) do que o episódio #152 (7). É notável que esse contraste se dá em função das propostas dos episódios. Como citado anteriormente, o episódio #152 muitas vezes flerta com o formato *mesacast*, equiparável a uma conversa de bar informal entre amigos, modelo que dispensa a necessidade de afirmações rigorosamente embasadas e carregadas de referências. Os episódios #130 e #151 apresentam uma proposta mais educativa e informativa sobre os temas tratados.

Com relação à categoria de análise, opinião e informação, as observações postas acima são relevantes para que possamos compreender a distribuição dos tipos de discurso ao longo dos programas. Enquanto o caráter de conversa informal do episódio #152 é uma causa para a escassez de fontes de consulta, nesta categoria esse formato é o efeito. O episódio *Sexoterapia* demonstra uma predominância de discursos analíticos e híbridos de análise e opinião. O resultado dessa distribuição é um programa em que todos os participantes têm vez de analisar e opinar nas pautas propostas, ou seja, uma conversa em que há um equilíbrio de interpretações e concordância entre os presentes. O episódio, no entanto, não se assemelha ao formato de *mesacast* no sentido de as opiniões emitidas serem superficiais. As análises, na maioria das vezes, são construídas com uma boa base de argumentação. Já as variadas informações compartilhadas no programa (28) são um indicativo do cunho consistentemente jornalístico do *podcast* Mamilos.

Os outros dois episódios analisados exibem um alto número de informações (33, ambos) por se tratar de pautas cujas apresentadoras escolheram explorar de forma educativa. Na abertura do programa Todas as Letras do Arco-Íris - Parte 1, como o próprio título indica, as anfitriãs se propõem a explicar as letras da sigla LGBTQI+, além de expor as dificuldades pelas quais os membros da comunidade passam e entender o papel de toda a população no acolhimento dessas pessoas. A última parte da proposta justifica a quantidade de análises e opiniões (33 e 25, respectivamente) dos participantes. O episódio #130 equilibra o número de

informações (33) e opiniões (33) por, num primeiro momento, procurar explicar didaticamente questões médicas ligadas ao HIV e, num segundo momento, discutir as causas e efeitos do novo surto, abrindo espaço para as opiniões e análises dos convidados.

A categoria final de pautas e subpautas assinala de que forma a condução do programa pelas duas anfitriãs, Juliana Wallauer e Cris Bartis, contribui para discussões coesas e objetivas. O episódio #130 foi o que apresentou maior consistência entre as pautas propostas e as subpautas desdobradas a partir delas. As *hostesses* assinalaram com transparência a transição de uma pauta para outra, por vezes trazendo gravações de fontes para contextualizar as pautas antes da própria discussão dos participantes em estúdio. Em ambos os episódios #151 e #152, percebemos momentos de desencontros entre as subpautas e as pautas ou prolongamento e repetições de conversas com a mesma temática. No caso do episódio #151, essas dissonâncias podem ter ocorrido em função do número de convidados em estúdio (3), maior que a média dos outros episódios (2). Mais pessoas sinalizam mais posicionamentos e interpretações, o que pode levar à desvirtuação da pauta inicial. Acerca do episódio #152 - Sexoterapia, o desencontro entre pautas e subpautas pode ser efeito do grau de informalidade da conversa e do elevado índice de participação das anfitriãs nos debates, equiparável a um alto número de participantes.

Diante da análise, denota-se de que forma a escolha de fontes, pautas e abordagens influi no resultado final dos episódios. O tom de cada programa é reflexo da sinergia entre esses elementos. O Mamilos #130 manifesta equilíbrio entre os gêneros do Jornalismo Informativo e Opinativo por conciliar pautas técnicas com subjetivas e trazer fontes que transitam nessas singularidades. O segundo programa analisado, Mamilos #151, apresenta predomínio de discursos informativos, com uma mescla de análises e opiniões em função dos especialistas convidados se enquadrarem no movimento LGBTQI+ como membros e ativistas, assim aliando a informação com relatos de suas vivências e impressões. Por fim, o episódio Sexoterapia (#152) é, de todos os analisados, o mais idiossincrático. Embora a mesa seja composta por dois profissionais da área da sexualidade, o programa acaba mostrando-se o mais descontraído da seleção. O equilíbrio de contribuições analíticas entre convidados e anfitriãs e a escolha de pautas cotidianas concede ao Mamilos #152 uma aura de informalidade e despreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a abordagem do *podcast* Mamilos sobre sexo e sexualidade. Por meio do recorte de três episódios, #130 - Aids, Nova Geração, #151 - Todas as Letras do Arco-Íris - Parte 1 e #152 - Sexoterapia, identificamos as decisões editoriais tomadas pelas criadoras e seus efeitos no produto final apresentado aos ouvintes. O tema do sexo e da sexualidade é explorado de maneira limitada na imprensa, por isso a relevância de uma pesquisa que analisa as abordagens de um dos poucos veículos que se propõem a comunicar a temática com o nível de profundidade e complexidade que ela demanda.

O estudo foi dividido em cinco capítulos, Introdução e as Considerações Finais incluídas. No segundo capítulo, “Sexualidades, sexo e gênero: conceitos e revisão histórica”, apreendemos que as ideias de sexualidade e gênero são recriadas e revisitadas ao longo da História da humanidade. O que entendíamos por sexualidade na Antiguidade Clássica se difere do que conhecemos a partir do século XVII, que, por sua vez, já não é mais o que passamos a descobrir sobre a temática no século XX.

Paralelamente, as definições de relação sexual também são fluidas e se manifestam de formas diferentes na vida de cada indivíduo. É de suma importância que entendamos as diferenças e as interconexões entre sexo e sexualidade a fim de criarmos relações mais saudáveis como nosso próprio corpo e nosso próprio erotismo. Para tal, educação sexual interseccional se faz necessária em todos os âmbitos da vida em sociedade.

A partir das teorias de Beauvoir (2001, 1970), Rubin (1975), Butler (2002, 1997, 1990) e Scott (1995), foi possível identificar os reflexos das relações de gênero na subjugação política, social e econômica das mulheres. Não podemos falar de gênero sem considerar a opressão feminina e os avanços que o movimento feminista proporcionou às mulheres no mundo todo. Os Estudos de Gênero, no entanto, devem promover uma abordagem interseccional, levando em conta as diferenças de classe e raça que, muitas vezes, sobrepõem-se às desigualdades de gênero.

No terceiro capítulo da pesquisa, “Jornalismo e o tema sexualidade”, exploramos algumas das abordagens editoriais do Jornalismo sobre o tema da sexualidade humana. A seleção de estudos apresentada no capítulo elucidou um

pressuposto da autora acerca da relação das pautas de sexo com o chamado Jornalismo de Comportamento. O Jornalismo que trata de assuntos de bem-estar e comportamento é tipicamente reproduzido por veículos, mais especificamente revistas, com enfoque no público feminino. Constatar que essa audiência consome mais conteúdos sobre sexo, sexualidade e relacionamentos dialoga com a ideia sexista de que é papel exclusivo das mulheres sustentarem as relações amorosas heteronormativas com seus parceiros. Além de reforçar preceitos de masculinidade tóxica que afastam os homens de debates necessários sobre seus desejos, sentimentos e sexualidades. O Jornalismo que ainda segue essa lógica deve adequar-se ao novo contexto de liberdade sexual e equidade de gênero que vivemos.

A outra abordagem editorial de assuntos referentes à sexualidade, conforme refletimos no terceiro capítulo, é a do Jornalismo de Saúde Científico. Matérias focadas no corpo e na sexualidade humano e em infecções sexualmente transmissíveis usualmente apresentam esse viés da saúde e da ciência. No entanto, o que concluímos é que esse tratamento da sexualidade acaba por ceder a pressões mercadológicas em detrimento do interesse público e por alimentar uma mentalidade de que saúde é a ausência de doença. A saúde e a sexualidade englobam as mais distintas e complexas questões da experiência humana e não podem ser concebidas isoladamente de outras pautas. Portanto, cabe ao Jornalismo um olhar mais holístico sobre o tema do sexo e da sexualidade que interlace as dimensões do comportamento e da saúde na vida das pessoas.

No quarto capítulo “A abordagem sobre sexualidade do *podcast* Mamilos”, desenvolvemos a análise, a partir da metodologia de pesquisa do estudo de caso, de três episódios do *podcast* Mamilos: #130 - Aids, Nova Geração, #151 - Todas as Letras do Arco-Íris - Parte 1 e #152 - Sexoterapia. A fim de facilitar a interpretação dos resultados e abranger diversas dimensões jornalísticas do programa, optamos por dividir o estudo de caso nas seguintes categorias: fontes; análise, opinião e informação; e pautas e subpautas. Por meio do recorte, descobrimos que a resposta da questão que guia a presente pesquisa reside justamente na forma que esses elementos se relacionam no *podcast* Mamilos.

O programa tende a escolher fontes técnicas, como profissionais da saúde e do Direito, quando visa a um tratamento mais educativo das pautas de sexo e sexualidade. No caso dos episódios #130 e #151, a médica Thaluama Cardin e o estudante de Direito Léo Barbosa entrevistaram nas discussões de maneira a esclarecer

didaticamente alguns conceitos das suas áreas. No entanto, o Mamilos nunca deixa trazer um olhar humanizado para suas pautas. Sendo a empatia e o respeito dois valores essenciais da produção, os programas sobre sexualidades invariavelmente têm fontes que abordam o assunto com personalidade e sensibilidade. No episódio #130, um ouvinte anônimo portador do vírus HIV compartilha seu depoimento. No #151, todas as fontes ouvidas, convidadas e sonoras, tinham local de fala sobre a comunidade LGBTQI+ e compartilharam suas histórias e impressões. No #152, sendo todos os participantes indivíduos conectados com suas sexualidades, as conversas foram recheadas de relatos pessoais e perspectivas sobre sexo, sexualidade e suas manifestações. Esse episódio, mostrou-se o mais informal dos analisados justamente por debruçar-se sobre subpautas cotidianas da vida sexual.

É relevante apontar como as pautas e subpautas trazidas no Mamilos estão em sintonia com os conceitos abordados na presente pesquisa. O *podcast* entende e comunica que questões de sexo, sexualidade e gênero estão em constante construção, desconstrução e evolução no debate público. Percebemos, inclusive, o amadurecimento das falas das apresentadoras desde o primeiro episódio analisado até o último. O Mamilos foi e ainda é precursor na abordagem de muitos assuntos que a imprensa tradicional, na mídia, negligência. O *podcast* demonstra, por meio dos três episódios analisados, entender sua responsabilidade social como veículo de imprensa e abordar pautas relacionadas a sexo e sexualidade de maneira contextualizada com profundidade e sensibilidade.

O presente trabalho não se propõe a ser a palavra final sobre os erros e acertos cometidos pelo Jornalismo ao tratar de sexo e sexualidade. A autora entende as limitações financeiras e editoriais a que veículos de imprensa tradicionais estão submetidos. No entanto, o Jornalismo jamais deve cessar sua busca por entregar conteúdos cada vez mais relevantes e humanizados para sua audiência. Representações positivas nesse sentido, sejam elas em formatos alternativos como o *podcast* ou não, podem e devem inspirar iniciativas de produção de um Jornalismo mais empático, sensível e acolhedor, como o do Mamilos.

REFERÊNCIAS

- ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. **Abuso sexual: mitos e realidade**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes Associados, 2002.
- ANDERSON, C. **A Cauda Longa - A nova dinâmica de marketing e vendas: como lucrar com a fragmentação dos mercados**. Amsterdã: Elsevier, 2006.
- ARAÚJO, P. Cris Bartis e Ju Wallauer: as minas da polêmica. 2016. **Vice Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/2MFgDQu>. Acesso em: 19 set. 2016.
- AUGUSTI, A. R. **Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja**. 2005. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3f2P934>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEAUVOIR, S. D. **O segundo sexo: experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- _____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BORGES, A. 'Fiz uma metáfora contra a ideologia de gênero', diz Damares sobre vídeo. 2019. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/2RRzevs>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 796, de 29 de maio de 1992**. Brasília, 03 jun. 1992. Disponível em: mprs.mp.br/legislacao/portarias/2096/. Acesso em: 14 abr. 2020.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/2UiFrBQ>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- BROWN, J.D; KELLER S.N. Can the mass media be healthy sex educators? **Fam Plann Perspect**. v. 32, n. 5, p. 255-256, 2000.
- BROWN, J. D; STRASBURGER, V. C. From Calvin Klein to Paris Hilton and MySpace: adolescents, sex, and the media. **Adolesc Med State Art Rev**, v. 18, n. 3, p. 484–507, 2007.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BUTLER, J. **Gender trouble. Feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, J. **The psychic life of power: theories in subjection**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

BUTLER, J. Is Kinship Always Already Heterosexual? **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, v. 13, n. 1, p.14-44, 2002.

BYDLOWSKI, C. R. et al. Promoção da Saúde: porque sim e porque ainda não! **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 14-24, jan. 2004.

COMPORTAMENTO. *In*: DICIO: Dicionário Online de Português. São Paulo, 2020. Disponível em <https://bit.ly/3cJyWOV>. Acesso em 12 maio 2020.

COMPORTAMENTO. *In*: MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo, 2020. Disponível em <https://bit.ly/2MCBI3d>. Acesso em 12 maio 2020.

CYFER, I. Afinal, o que é uma mulher?: Simone de Beauvoir e a "questão do sujeito" na teoria crítica feminista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s.l.], n. 94, p.41-77, abr. 2015.

DOE, L. T. **Phenomenological claim of first sexual intercourse among individuals of varied levels of sexual self-disclosure**. 2005. Tese (Doutorado em Saúde e Performance Humana) - University Of Montana, Missoula, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/30oSPIJ>. Acesso em: 23 mar. 2020.

DEFINITION of Sex. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (6 min 6 seg). Publicado por sexplanations. Disponível em: <https://bit.ly/3cLtOcV>. Acesso em: 25 jul. 2018.

DENFORD, S.; ABRAHAM, C.; CAMPBELL, R.; BUSSE, H. A comprehensive review of reviews of school-based interventions to improve sexual-health. **Health Psychology Review**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 33-52, 7 nov. 2016.

FERNANDES, A. L. **Jornalismo: especialização e segmentação**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

FERNANDES, T. Bolsonaro estuda indicar procurador para Educação após crise com evangélicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Ya7rc1>. Acesso em: 07 jun. 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Sobre a História da sexualidade**. *In*: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si.** São Paulo: Paz & Terra, 2014. 320 p.

FOUNDATION, Kaiser Family; MAGAZINE, Seventeen. **Sex Smarts: birth control and protection.** S.I: Kaiser Family Foundation, 2004.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Londres: Imago Publishing Co., 1949.

FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas. *In:* LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GARONCE, L. Criadoras do podcast Mamilos fazem talk show sobre maternidade em Brasília. **G1**, São Paulo, 10 maio 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3h6AYvl>. Acesso em: 25 maio 2020.

GIAMI, A. Permanência das Representações do Gênero em Sexologia: as inovações científica e médica comprometidas pelos estereótipos de gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 301-320, abr. 2007.

GOMES, E. S. Jornalismo de Saúde: prevenir ou remediar? **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 340-350, jul./dez. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 2015.** [S.l.], 2015.

KREPS, G. The impact of communication on cancer risk, incidence, morbidity, mortality, and quality of life. **Health Communication**, v. 15, p. 163-171, 2003.

KUCINSKI, B. Jornalismo, saúde e cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 181-186, fev. 2000.

KUSCINSKI, B. Jornalismo e saúde na era neoliberal. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 95-103, jan. 2002.

KUNKEL, D. EYAL, K. FINNERTY, K. BIELY, E. DONNERSTEIN, E. **Sex on TV 4: A Biennial Report to the Kaiser Family Foundation.** Menlo Park, CA: Kaiser Family Foundation; 2005.

KUNKEL, D. EYAL, K. DONNERSTEIN, E. FARRAR, K. M, BIELY, E. RIDEOUT, V. Sexual socialization messages on entertainment television: comparing content trends 1997–2002. **Media Psychol**, vol. 9, n. 3, p. 595-622, 2007.

LAGE, N. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOPEZ, O. Trans people in legal limbo under Latin American lockdowns - rights groups. **Thomson Reuters Foundation**, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://tmsnr.rs/30kgVV0>. Acesso em: 5 abr. 2020.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3h3mcG6>. Acesso em: 08 abr. 2020.

LUDKE, M. A pesquisa e o professor da escola básica: Que pesquisa, que professor. *In*: LINHARES, C.; LUCARELLI, E.; SCHEIBE, L.; BAPTISTA, A. L.; PEREIRA, V. M.; PEREIRA, V. M.; CUNHA, I. M.; ANDRÉ, M.; LUDKE, M.; DUARTE, N.; GARCIA, L. R.; FLEURI, R. M.; OLIVEIRA, R. J.; CANDAU, V. M. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LUIZ, L.; ASSIS, P. D. O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul, p. 1-15, set. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3eUVrSk>. Acesso em: 23 maio 2020.

LUZ, L. P. **Revistas femininas generalistas no Brasil: um estudo de caso da revista claudia (2006 - 2007)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACK, S.; RATCLIFFE, M. **Podcasting Bible**. Indianapolis: Wiley, 2007.

MAIA, A. C. B. Conceito amplo de sexualidade no processo de educação sexual. **Revista Psicopedagogia On Line**, v. 1, 2010.

MAMILOS #229 - Alter do Chão: Paraíso em Disputa. [S.l: s. n.], [2019]. *Podcasts*. Disponível em: <https://bit.ly/3dCOOE6>. Acesso em: 27 maio 2020.

MAMILOS #130 - AIDS, nova geração. [S.l: s. n.], [2017]. *Podcasts*. Disponível em: <https://bit.ly/3ch5XLF>. Acesso em: 27 maio 2020.

MAMILOS #151: Todas as Letras do Arco-Íris - Parte 1. [S.l: s. n.], [2018]. *Podcasts*. Disponível em: <https://bit.ly/30krUh8>. Acesso em: 27 maio 2020.

MAMILOS #152 - Sexoterapia. [S.l: s. n.], [2018]. *Podcasts*. Disponível em: <https://bit.ly/2UkfYrM>. Acesso em: 27 maio 2020.

MAMILOS #153: Todas as Letras do Arco-Íris - Parte 2. [S.l: s. n.], [2018]. *Podcasts*. Disponível em: <https://bit.ly/30jGo0K>. Acesso em: 27 maio 2020.

MAMILOS são muito polêmicos. [S.l: s. n.], 2011, 1 vídeo (0 min 28 seg). Publicado por rickernation. Disponível em: <https://bit.ly/30jCcxO>. Acesso em: 25 maio 2020.

MAKSUD, I. Sexualidade e mídia: discursos jornalísticos sobre o "sexual" e vida privada. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 663-671, out./dez. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3h45E0L>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MEDITSCH, E. Jornalismo como Forma de Conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 1998.

MEYER, C. A. **Livro "O que é privacidade?": uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2zfYJRd>. Acesso em: 1 maio 2020.

MONCAU, G. 2018. Sistema sexo-gênero - Gayle Rubin. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://bit.ly/2AKQZa8>. Acesso em: 7 abr. 2020.

MOTTA-ROTH, D. Sistemas de gêneros e recontextualização na mídia eletrônica. **Revista Gragoatá**, v. 28, n. 2, p. 153-174, 2010.

NASCIMENTO, R. C. D. Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano. **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 65-72, jan. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2Y9HAKC>. Acesso em: 10 abr. 2020.

NETO, L. Educação sexual está longe do currículo escolar. **Jornal O Globo**, 14 set. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/34ARGOd>. Acesso em: 14 abr. 2020.

NUNES, F.; LIMA, J. D. D. O debate sobre educação sexual no Brasil. E por que abordá-la nas escolas. **Nexo Jornal**, 11 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2RDk2Sr>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PALUDO, M. H.; ROSEIRA, E. F. O podcast jornalístico. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Londrina, p. 1-9, maio 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3f1E6aE>. Acesso em: 23 maio 2020.

PASSARELLI, G. A nova podosfera. **Hysteria**, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3dJcS8e>. Acesso em: 25 maio 2020.

PASTANA, M. **Muito Prazer!?: discussões sobre sexualidade, gênero e educação sexual a partir da análise de revistas femininas e masculinas**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2BDfSF3>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PUBLIABRIL. **CLAUDIA**. [2020?]. Disponível em: <https://bit.ly/2XEGNsE>. Acesso em: 12 maio 2020.

QUANDO começamos a crer. **Veja**. São Paulo: editora Abril, ano 36, n. 51, 2003.

RENAUD, L & SOTELO, C. Comunicación y Salud: Paradigmas Convergentes. **Observatorio Journal**, vol. 1, n. 2, p. 215-226, 2007.

RIBEIRO, B. **Quando a Veja matou Cazuza?** 2017. Publicado no Medium do Observatório de Mídia. Disponível em: <https://bit.ly/2XDQuYu>. Acesso em: 12 maio 2020.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex. *In*: RAITER, R. (org.). **Toward an anthropology of women**. New York, Monthly Review Press, 1975.

SAYÃO, R. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. *In*: AQUINO, G. J (org). **Sexualidade na escola – alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SCHRAMM, Wilbur. **Notes on Case Studies of Instructional Media Projects**. S.I: Stanford Univ., Calif. Inst. For Communication Research, 1971. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED092145.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

SENA, T. Os relatórios Masters & Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 221-240, abr. 2010.

SOARES, R. Fica Comigo Gay: O que um programa de TV ensina sobre uma sexualidade juvenil?. *In*: LOURO, L. G.; FELIPE, J.; GOELLNER, V. S. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCALZO, M. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2006.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 3, Porto Alegre, 1995.

SILVA, M. V. D. **MASCULINO, O GÊNERO DO JORNALISMO: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3dTtpXe>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TIERSMA, P. Did Clinton Lie?: Defining "Sexual Relations". **Chicago-Kent Law Review**, Chicago, v. 79, n. 3, p. 927-958, out. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2WyNHZE>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DEFINING sexual relations. **The Irish Times**. Dublin, 14. set. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3dO2QD8>. Acesso em: 10 abr. 2020.

TOKARNIA, M. Ministro da Saúde defende educação sexual nas escolas. **Agência Brasil**, 8 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37a8nBe>. Acesso em: 07 jun. 2020.

TOLEDO, L. F. Maioria diz que gênero e sexualidade devem entrar no currículo escolar, diz pesquisa encomendada pelo MEC. **G1**, 05 fev. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2XIQLK0>. Acesso em: 05 fev. 2019.

TONELI, M. J. F. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. *In: JACÓ-VILELA, AM.; SATO, L. (org.). Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. ISBN: 978-85-7982-060-1. Disponível em: <https://bit.ly/2XbUvnb>.

UNICEF - United Nations Children's Fund. **Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19) 2017**. [S.l.], 2017.

VELHO, G. Cultura popular e sociedade de massas. *In: Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WALSH-CHILDERS, K. **A Content Analysis: Sexual Health Coverage in Women's, Men's, Teen and Other Specialty Magazines: A Current-Year and Ten-Year Retrospective**. Menlo Park, CA: Kaiser Family Foundation; 1997.

WAXMAN, O. B.; FABRY, M. From an Anonymous Tip to an Impeachment: a timeline of key moments in the clinton-lewinsky scandal. **Time Magazine**, Nova York, 4 maio 2018 Disponível em: <https://bit.ly/30fiwLD>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WHO. **World Health Report 1998**. Geneva: WHO, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br